

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital. A Gerdau S.A. e suas controladas (“Companhia”) é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Gerdau S.A. e controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23/02/2021.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como “Consolidado” e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como “Controladora”.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia efetuou um ajuste na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para melhor apresentação entre tipos de ajuste de avaliação patrimonial no saldo inicial em 01/01/2019, sem alterar o total desta linha no balanço patrimonial, para melhor alocação do efeito da aplicação do IAS 29 em controlada. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2020.

a) Investimentos em empresas controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da Gerdau S.A. e todas suas empresas controladas. A Companhia controla uma empresa quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle. Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de “Participações dos acionistas não-controladores”.

Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminados.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Investimentos em empresas com controle conjunto e empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas com controle conjunto (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

c) Investimentos em empresas controladas, coligadas e com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

Os investimentos nestas empresas, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial.

d) Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados e resultados abrangentes líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e/ou em resultados abrangentes e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerda S.A.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Conversão das demonstrações originadas em moeda estrangeira

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha “Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira”; e
- iv) os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Hiperinflação na Venezuela e Argentina

A Argentina e a Venezuela são considerados países com hiperinflação e por esta razão, as Demonstrações Financeiras das controladas localizadas nestes países estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelos índices de inflação destes países.

2.3 – Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

a) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros em linha específica na Demonstração do Resultado.

e) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

f) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

h) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

2.4 – Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

2.5 – Imobilizado

A Companhia utiliza o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Direitos de exploração mineral são classificados como Terrenos, Prédios e Construções no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados durante o período de vida útil da mina. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas “Investimentos avaliados por equivalência patrimonial”, na controladora, e “Ágio”, no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

O ágio que faz parte de um investimento em uma coligada ou empresa com controle compartilhado não é reconhecido separadamente. Todo o valor contábil do investimento em uma empresa coligada ou empresa com controle compartilhado é testado quanto à perda de valor como um único ativo, comparando seu valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda) com o seu valor contábil.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.7 – Outros ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes e fornecedores, software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.8).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.8 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 30.1.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

2.9 – Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Instrumentos financeiros derivativos e *hedge*

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos com base em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa é vendido, terminado, vencido ou exercido, a cobertura de *hedge* é descontinuada prospectivamente, mas o ganho ou perda cumulativo não realizado, permanece reconhecido na demonstração do resultado abrangente. O ganho e perda cumulativo é transferido do resultado abrangente e reconhecido na demonstração do resultado quando a operação coberta for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou perda acumulado é imediatamente transferido para a demonstração do resultado. Nos casos de *hedge* de investimento líquido o montante registrado na demonstração do resultado abrangente é baixado e reconhecido na demonstração do resultado quando ocorrer a baixa/venda do investimento objeto do *hedge*. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

d) Instrumentos de patrimônio líquido

O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as controladas e coligadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é mais provável do que não, que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 – Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. Os principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritos nas notas 21 e 27.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 21.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.14 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 – Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 – Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registrados como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ágios e ativos de vida longa (nota 30), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 19), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 21), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 27). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

2.18 – Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medida na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Aquisições/reduções após a Companhia obter o controle são tratadas como aquisições/reduções de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição/redução subsequente e o valor líquido desembolsado/recebido da parcela proporcional da Companhia é registrado no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma controlada

Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos os ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na controlada é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente.

2.19 – Informações por Segmento

Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações de aço e minério de ferro no Brasil, exceto Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, incluindo a empresa de controle conjunto no México, exceto aços especiais), Operação América do Sul (inclui todas as operações na América do Sul, exceto as operações do Brasil e inclui a empresa de controle conjunto na República Dominicana e Colômbia) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil e nos Estados Unidos e a empresa com controle compartilhado no Brasil).

2.20 – Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), *Earnings per Share* (Lucro por ação), as tabelas apresentadas na nota 25 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

O cálculo do lucro por ação básico foi baseado no lucro atribuível aos acionistas e na média ponderada da quantidade de ações em circulação. O cálculo do lucro por ação diluído foi baseado no lucro atribuível aos acionistas e na média ponderada da quantidade de ações em circulação após o ajuste para os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras.

2.21 – Planos de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia efetua a liquidação dos planos de incentivo de longo prazo entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados. Adicionalmente, a Companhia tem como planos de incentivos de longo prazo, os seguintes instrumentos: Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados, conforme apresentados na nota 27.

2.22 – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.23 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas.

2.24 – Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

- Alteração da norma IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19. Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Deliberação CVM 859 de 07/07/2020 estabeleceu que as empresas no Brasil adotem esta alteração de norma para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020, desta forma, a Companhia já adotou esta alteração de norma no exercício de 2020. A Companhia não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual. Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2. Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

2.25 – Risco de surtos de doenças e pandemia da Covid-19

A pandemia da Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido à paralisações que podem ser solicitadas ou mandatadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva.

A pandemia da Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e, dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura e à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia.

A demanda por produtos siderúrgicos está diretamente ligada à atividade econômica geral nos mercados internacionais em que a Companhia vende estes produtos. Um declínio no nível de atividade nos mercados doméstico ou internacional nos quais a Companhia opera, como consequência da pandemia da Covid-19 e medidas para contê-la, pode afetar adversamente a demanda e o preço destes produtos e terem um efeito relevante.

2.25.1 Principais impactos nos Segmentos

A pandemia da Covid-19 impactou o desempenho dos segmentos da Companhia, a partir da segunda quinzena de março de 2020, no que tange à produção e entrega de aço. Importante destacar que a Companhia priorizou o atendimento aos clientes nos diferentes níveis de demanda observados, mesmo com as paradas de produção realizadas.

No segmento Brasil, as aciarias elétricas retomaram a produção ao longo do mês de abril e o Alto-Forno 2 de Ouro Branco – MG retomou a produção em julho. No segmento América do Norte, as usinas seguiram operando normalmente, com níveis de produção ajustados gradualmente conforme a redução de demanda observada na indústria. A construção civil segue com níveis considerados saudáveis de demanda.

No segmento Aços Especiais, no Brasil e nos EUA, ocorreram algumas paradas programadas em suas diferentes aciarias elétricas e laminações, considerando o nível de estoque existente e a demanda solicitada por cada cliente. Importante mencionar que os setores automotivos dos dois países decretaram férias coletivas durante um certo período e vêm retomando gradualmente suas operações. No segmento América do Sul, as operações seguem operando com níveis de produção ajustados gradualmente à demanda observada na indústria.

2.25.2 Principais medidas tomadas pela Companhia

A Companhia está seguindo todas as orientações de prevenção à pandemia da Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes nos países em que opera. Neste sentido, a Companhia adotou uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho, como a recomendação de *home office*, criação de comitês de crise e o cancelamento de viagens nacionais e internacionais e participação em eventos externos. A Companhia reforça, ainda, que a saúde e a segurança das pessoas são valores inegociáveis. A Companhia vem acompanhando diariamente a evolução do cenário de pandemia e os impactos que essa situação traz para as rotinas dos colaboradores, suas famílias e, também, para o negócio.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A natureza de nossos negócios é complexa e, para continuarmos a operar, grande parte do nosso trabalho não pode ser realizado remotamente. Portanto, nosso foco é reduzir o risco de o vírus se espalhar por nossas operações, pois a continuidade operacional é fundamental para empregos, para as comunidades vizinhas e para as economias dos países e regiões onde estamos inseridos. Nossas usinas e escritórios, portanto, têm planos de contingência para lidar com o impacto contínuo da pandemia, que continuarão a ser revisados à medida que a situação evoluir.

2.25.3 Principais riscos associados

a) Risco de perdas pela não recuperabilidade de ativos - Ágio e Outros Ativos de Vida Longa

A recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. A Companhia efetuou testes de recuperabilidade do ágio e de outros ativos de vida longa, cujos resultados são apresentados na nota 30.

b) Risco de liquidez e capacidade da Companhia de atender suas obrigações financeiras

A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos (nota 15) e das debêntures (nota 16) tem seus vencimentos mais relevantes a partir do ano 2026, o que permite um cronograma bastante equilibrado e bem distribuído ao longo dos próximos anos. Adicionalmente, a administração da Companhia mantém um permanente monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 4) e a disponibilidade de linhas de crédito e contas garantidas que permitem administrar seu nível de endividamento (nota 15).

c) Risco de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais são determinadas com base em probabilidades ponderadas e mensuradas em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito das contas a receber é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas nas contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

A Companhia continuará, ao longo de 2021, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da Covid-19, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem aumento da percepção do risco de crédito sobre as contas a receber de clientes. Eventuais mudanças que deteriore o ambiente econômico e de negócios, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem acarretar perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, notadamente contas a receber de clientes.

d) Risco de perdas com base no valor líquido realizável nos estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. A Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa do valor líquido realizável, portanto, um declínio no nível de atividade nos mercados doméstico ou internacional nos quais a Companhia opera, como consequência da pandemia da Covid-19 e medidas para contê-lo, pode afetar a demanda e o preço destes produtos e ter um efeito adverso sobre o valor realizável dos estoques.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

e) Risco sobre estudos de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

A Companhia elaborou em dezembro/2020 estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que foram aprovados pelo Conselho de Administração e estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos. Eventuais mudanças que deteriore o ambiente econômico e de negócios, especialmente decorrentes da pandemia da Covid-19, caso manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções e, eventualmente, podem afetar a manutenção de ativos fiscais diferidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

f) Risco de continuidade operacional

Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias, notadamente aqueles oriundos da pandemia da Covid-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e global e poderia, entre outras consequências, (i) impactar negativamente ainda mais a demanda global por aço ou preços de mercado ainda mais baixos para os produtos, o que pode resultar em uma redução contínua de vendas, receita operacional e fluxos de caixa da Companhia; (ii) tornar mais difícil ou oneroso para obter financiamento para as operações ou refinar a dívida no futuro; (iii) prejudicar a condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores; e (iv) reduzir os programas de investimentos. A Companhia mantém constante monitoramento sobre os riscos de preço das commodities, de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital (nota 17.c).

A Companhia acredita que não possui evidências de algum risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças que deteriore o ambiente econômico e de negócios, ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções e, eventualmente, podem afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

NOTA 3 -DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas controladas consolidadas, como segue:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Empresa controladas	País	Percentual de participação	
		Capital total (*)	
		2020	2019
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e controladas (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	99,86	99,83
Gerdau Aços Longos S.A. e controladas (2)	Brasil	99,82	99,82
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e controlada (3)	EUA	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4) **	Brasil	89,26	96,96
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company	Hungria	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	90,03	90,03
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e controladas (5)	México	100,00	100,00
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99
Sipar Aceros S.A. e controlada (6)	Argentina	99,98	99,98
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

(**) O percentual de participação ao considerar a participação no fundo detida pela controladora Metalúrgica Gerdau S.A. é de 92,58% em 2020 e 98,07% em 2019.

(1) Controladas: Gerdau Ameristeel US Inc., Chaparral Steel Company.

(2) Controladas: Gerdau Açominas Overseas Ltd., G2L Logística Ltda e Siderúrgica Latino-Americana S.A.

(3) Controlada: Gerdau MacSteel Inc..

(4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..

(5) Controladas: Sidertul S.A. de C.V., e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..

(6) Controlada: Siderco S.A..

3.2 - Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle conjunto.

Empresas com controle compartilhado	País	Percentual de participação	
		Capital total (*)	
		2020	2019
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	70,00	70,00
Gerdau Metaldom Corp.	Rep. Dominicana	50,00	50,00
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Brasil	58,73	58,73
Diaco S.A.	Colômbia	49,87	49,87
Junto Somos Mais Fidelização S.A.	Brasil	27,50	27,50

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle conjunto.

As informações financeiras das empresas com controle conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Empresas com controle compartilhado	
	2020	2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	249.158	(21.548)
Total dos resultados abrangentes	249.158	(21.548)

3.3 - Empresas coligadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas coligadas.

Empresas coligadas	País	Percentual de participação	
		Capital total (*)	
		2020	2019
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da coligada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total desta coligada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da coligada.

As informações financeiras das empresas coligadas, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas coligadas	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	42.008	31.249
Total dos resultados abrangentes	42.008	31.249

3.4 – Aquisição de empresa

Em 30/11/2020, a Companhia, por meio da sua controlada Gerdau Aços Longos S.A., concluiu, após cumprimento das respectivas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a aquisição de 96,35% das ações totais e com direito a voto de emissão da Siderúrgica Latino-Americana S.A. (“Silat”) por R\$ 475.961, utilizando os recursos do caixa. A Silat está localizada em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará e possui uma capacidade anual instalada de 600 mil toneladas de laminação de aços longos. Com a transação, a Gerdau reforça a sua estratégia de longo prazo e sua posição na cadeia de valor do aço por meio de investimentos e aquisições. A adição dessa nova unidade ajuda a Companhia na equação de abastecimento do mercado brasileiro como um todo, pois associada às nossas demais capacidades nas regiões Nordeste e Sudeste, permite condições mais otimizadas de fornecimento aos nossos clientes em todo o País.

A Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Silat e a tabela a seguir resume o valor justo dos ativos e passivos da Silat na data da aquisição do controle da empresa:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>Valor dos livros</u>	<u>Ajustes da Aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Caixa e equivalentes de caixa	33.419	-	33.419
Contas a receber de clientes	13.190	-	13.190
Estoques	24.160	-	24.160
Outros ativos circulantes	11.091	-	11.091
Imobilizado	233.541	253.216	486.757
Outros ativos não-circulantes	34.410	-	34.410
Passivos circulantes	(26.638)	-	(26.638)
Passivos não-circulantes	(359)	(86.093)	(86.452)
Participações dos acionistas não-controladores	(5.395)	(6.100)	(11.495)
Ativos (passivos)	<u>317.419</u>	<u>161.023</u>	<u>478.442</u>
Deságio (Compra Vantajosa)	-	(2.481)	(2.481)
Ativos (passivos) líquidos	<u>317.419</u>	<u>158.542</u>	<u>475.961</u>

Os montantes reconhecidos como receitas e contas a receber de clientes, atribuíveis a Silat, incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia desde a data da aquisição não são relevantes. A Silat, desde a data de sua aquisição pela Companhia até 31/12/2020 não gerou montantes de receitas e lucro líquido significativos. Adicionalmente, as receitas e lucro líquido que seriam gerados pela Silat para o exercício findo em 31/12/2020, caso o controle tivesse sido obtido no início do exercício, também não seriam significativos. O deságio (ganho por compra vantajosa) de R\$ 2.481 foi registrado na linha de Outras receitas operacionais na Demonstração do Resultado.

3.5 – Preço total de compra considerado referente a aquisição de 2020

Empresa adquirida	<u>2020</u>
Siderúrgica Latino-Americana S.A.	<u>475.961</u>
Total consideração transferida	<u>475.961</u>
Menos: Caixa e equivalentes de empresa adquirida	<u>(33.419)</u>
	<u>442.542</u>

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	-	-	9.060	12.302
Bancos e aplicações de liquidez imediata	808.989	25.335	4.608.144	2.629.350
Caixa e equivalentes de caixa	<u>808.989</u>	<u>25.335</u>	<u>4.617.204</u>	<u>2.641.652</u>

Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo.

Aplicações financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras	<u>1.236.423</u>	<u>1.897.788</u>	<u>3.041.143</u>	<u>3.652.949</u>

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes - no Brasil	305.081	254.592	2.081.740	1.193.971
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	81.407	147.256	26.121	117.274
Contas a receber de clientes - empresas no exterior	-	-	1.766.555	1.459.204
(-) Provisão para risco de crédito	(5.845)	(8.516)	(137.146)	(98.079)
	<u>380.643</u>	<u>393.332</u>	<u>3.737.270</u>	<u>2.672.370</u>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valores a vencer:	341.109	356.469	3.466.000	2.226.121
Vencidos:				
Até 30 dias	31.156	31.156	259.756	381.999
Entre 31 e 60 dias	5.604	5.604	48.905	58.972
Entre 61 e 90 dias	2.678	2.678	9.355	30.202
Entre 91 e 180 dias	1.541	1.541	13.636	15.384
Entre 181 e 360 dias	1.340	1.340	15.899	16.739
Acima de 360 dias	3.060	3.060	60.865	41.032
(-) Provisão para risco de crédito	(5.845)	(8.516)	(137.146)	(98.079)
	<u>380.643</u>	<u>393.332</u>	<u>3.737.270</u>	<u>2.672.370</u>

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2019	(19.440)	(158.157)
Créditos provisionados no exercício	(8.599)	(81.243)
Créditos recuperados no exercício	7.424	60.199
Créditos baixados definitivamente da posição	12.099	78.635
Variação cambial	-	2.487
Saldo em 31/12/2019	<u>(8.516)</u>	<u>(98.079)</u>
Créditos provisionados no exercício	(9.188)	(148.548)
Créditos recuperados no exercício	9.097	84.416
Créditos baixados definitivamente da posição	2.762	36.210
Variação cambial	-	(11.145)
Saldo em 31/12/2020	<u>(5.845)</u>	<u>(137.146)</u>

NOTA 6 – ESTOQUES

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos prontos	167.769	151.488	3.894.698	3.302.569
Produtos em elaboração	275.764	163.788	2.045.158	1.426.607
Matérias-primas	161.562	198.484	1.934.958	1.611.334
Materiais de almoxarifado	54.427	95.335	786.401	974.412
Importações em andamento	5.936	6.005	514.321	384.123
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(356)	(904)	(6.119)	(39.308)
	665.102	614.196	9.169.417	7.659.737

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2019	(783)	(13.704)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(121)	(46.693)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	-	22.028
Variação cambial	-	(939)
Saldo em 31/12/2019	(904)	(39.308)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	-	(6.562)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	548	47.259
Variação cambial	-	(7.508)
Saldo em 31/12/2020	(356)	(6.119)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	46.812	9.114	297.926	279.483
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	64.573	2.089	632.927	104.704
Programa de Integração Social	25.712	453	171.724	26.198
Imposto sobre Produtos Industrializados	1.419	488	38.174	26.173
Imposto sobre Valor Agregado	-	-	24.500	41.958
Outros	3.345	259	36.061	25.786
	141.861	12.403	1.201.312	504.302
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	19.318	9.057	64.163	51.615
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	56.502	100.567	441.111	331.435
Programa de Integração Social e outros	24.046	22.303	158.771	82.499
	99.866	131.927	664.045	465.549
	241.727	144.330	1.865.357	969.851

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	104.955	-	190.773
2022	89.057	25.517	584.145	106.271
2023	6.937	1.455	22.433	83.371
2024	3.327	-	8.054	65.000
2025 em diante	545	-	49.413	20.134
	99.866	131.927	664.045	465.549

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 23% e 34%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Total	Total	Total	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.597.996	1.138.304	3.495.678	1.674.720
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social às alíquotas	(883.319)	(387.023)	(1.188.531)	(569.405)
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	530.715	75.428
- equivalência patrimonial	1.406.520	520.537	51.873	(5.797)
- juros sobre o capital próprio *	(148.249)	(42.526)	98.739	69
- incentivos fiscais	3.325	-	31.800	8.852
- não constituição de ativos fiscais diferidos	(592.861)	-	(592.861)	-
- realização de ativos fiscais diferidos não constituídos	-	-	4.944	1.097
- diferenças permanentes (líquidas)	(17.649)	(25.556)	(44.303)	31.923
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(232.233)	65.432	(1.107.624)	(457.833)
Corrente	(71.237)	1	(908.051)	(240.400)
Diferido	(160.996)	65.431	(199.573)	(217.433)

* A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Controladora

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Saldo em 01/01/2019	Reconhecido no Resultado	Outros	Saldo em 31/12/2019
Prejuízos fiscais	123.246	96.470	(36.088)	183.628
Base negativa de contribuição social	94.480	21.909	-	116.389
Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas	84.356	(16.090)	-	68.266
Outras diferenças temporárias	366.546	(27.376)	-	339.170
Efeito de variação cambial diferida	1.161.280	(20.504)	-	1.140.776
Provisão para perdas	9.126	(1.745)	-	7.381
Alocação de ativos a valor justo	(51.070)	12.767	-	(38.303)
	1.787.964	65.431	(36.088)	1.817.307

Ativo não-circulante 1.787.964 1.817.307

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no Resultado	Saldo em 31/12/2020
Prejuízos fiscais	183.628	(17.369)	166.259
Base negativa de contribuição social	116.389	(9.344)	107.045
Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas	68.266	15.183	83.449
Outras diferenças temporárias	339.170	(79.825)	259.345
Efeito de variação cambial diferida	1.140.776	(79.709)	1.061.067
Provisão para perdas	7.381	(2.699)	4.682
Alocação de ativos a valor justo	(38.303)	12.767	(25.536)
	1.817.307	(160.996)	1.656.311

Ativo não-circulante 1.813.307 1.656.311

Consolidado

	Saldo em 01/01/2019	Reconhecido no Resultado	Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2019
Prejuízos fiscais	1.339.933	4.781	(36.226)	32.976	1.341.464
Base negativa de contribuição social	337.258	13.552	-	-	350.810
Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas	270.417	(27.848)	-	225	242.794
Benefícios a empregados	286.494	(29.739)	-	37.276	294.031
Outras diferenças temporárias	525.818	73.067	-	(23.166)	575.719
Efeito de variação cambial diferida	1.284.377	(106.640)	-	(309)	1.177.428
Provisão para perdas	83.837	(75.142)	-	14.923	23.618
Alocação de ativos a valor justo	(372.448)	(69.464)	-	(10.146)	(452.058)
	3.755.686	(217.433)	(36.226)	51.779	3.553.806
Ativo não-circulante	3.874.054				4.071.219
Passivo não-circulante	(118.368)				(517.413)

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Saldo em	Reconhecido	Aquisição de	Reconhecido	Saldo em
	31/12/2019	no Resultado	empresa	em Resultados	31/12/2020
				Abrangentes	
Prejuízos fiscais	1.341.464	(157.207)	-	36.228	1.220.485
Base negativa de contribuição social	350.810	(60.534)	-	-	290.276
Provisão para passivos tributários					
cíveis e trabalhistas	242.794	140.871	-	1.798	385.463
Benefícios a empregados	294.031	(6.848)	-	105.074	392.257
Outras diferenças temporárias	575.719	(114.627)	-	40.022	501.114
Efeito de variação cambial diferida	1.177.428	(119.178)	-	(709)	1.057.541
Provisão para perdas	23.618	11.740	-	162	35.520
Alocação de ativos a valor justo	(452.058)	106.210	(86.093)	(118.923)	(550.864)
	3.553.806	(199.573)	(86.093)	63.652	3.331.792
Ativo não-circulante	4.071.219				3.393.354
Passivo não-circulante	(517.413)				(61.562)

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

Controladora

	Ativo	
	2020	2019
2020	-	200.065
2021	191.660	207.203
2022	197.133	203.492
2023	199.713	209.015
2024	200.963	212.972
2025 em diante	866.842	784.560
	1.656.311	1.817.307

Consolidado

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
2020	-	605.657	-	-
2021	616.409	467.153	(8.558)	(98.449)
2022	399.248	422.863	(8.192)	(110.031)
2023	391.610	464.514	(14.815)	(90.703)
2024	348.139	472.734	(3.145)	(79.022)
2025 em diante	1.637.948	1.638.298	(26.852)	(139.208)
	3.393.354	4.071.219	(61.562)	(517.413)

d) Ativos fiscais não contabilizados:

Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 764.845 (R\$ 263.491 em 31/12/2019), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuíam R\$ 1.180.067 (R\$ 668.729 em 31/12/2019) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2035 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R\$ 1.623.459 (R\$ 1.384.598 em 31/12/2019), que expiram em várias datas entre 2021 e 2035.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 9 – INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora

	Empresa com coligada	Empresa com controle compartilhado	Empresas Controladas										
	Dona Francisca Energética S.A.	Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	GTL Equity Investments Corp.	Aço minas S.A. (a)	Gerdau Internacional Empreend. Ltda.	Gerdau Aços Longos S.A.	Empresa Siderúrgica Del Perú S.A.	Gerdau Trade I Inc.	GTL Trade Finance Inc.	Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Gerdau Hungria Holding Liability Company	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	148.148	213.899	(947.490)	6.151.380	14.318.837	8.641.078	1500.163	(57.638)	(289.652)	317.451	(78.905)	11.793	29.929.064
Resultado da equivalência patrimonial	22.168	6.779	(122.738)	455.641	526.514	360.705	94.884	149.920	55.289	11.558	(17.251)	(12.479)	1.530.990
Ajustes de avaliação patrimonial	-	3.523	16.917	28.315	409.249	113.133	86.011	(142.036)	(164.182)	9.912	(4)	2	360.840
Aumento de capital	-	-	-	-	-	1500.000	-	-	-	-	-	465	1500.465
Redução de capital	-	-	-	-	(2.390.626)	-	-	-	-	-	-	-	(2.390.626)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(23.790)	-	-	(125.074)	-	(102.946)	(131.954)	-	-	(2.795)	-	-	(386.559)
Saldo em 31/12/2019	146.526	224.201	(1.053.311)	6.510.262	12.863.974	10.511.970	1549.104	(49.754)	(398.545)	336.126	(96.160)	(219)	30.544.174
Resultado da equivalência patrimonial	21.550	8.900	(559.204)	1412.572	462.135	884.606	145.345	1355.180	744.513	11433	(349.897)	(310)	4.136.823
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.949)	185.021	11.303	3.134.188	841.305	301.824	(140.114)	(1.039.157)	72.174	185.862	-	2.289.430
Aumento de capital	-	-	-	800.148	-	293	-	168.506	412.965	-	294.217	292	1.676.421
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	(463.289)	-	-	-	-	-	(463.289)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(22.168)	-	-	(448.086)	(154.888)	(426.498)	(100.967)	-	-	(20.495)	-	-	(1.173.102)
Saldo em 31/12/2020	145.908	231.152	(1.427.494)	8.286.199	16.305.409	11.811.676	1432.017	72.791	(280.224)	399.238	34.022	(237)	37.010.457

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Consolidado

	Investimentos na América do Norte	Investimentos na América do Sul	Investimentos em Aços Especiais	Investimentos no Brasil	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	301.272	701.233	213.899	3.250	148.148	1.367.802
Resultado da equivalência patrimonial	(111.637)	66.468	6.779	(828)	22.168	(17.050)
Ajustes de avaliação patrimonial	28.182	21.282	3.523	2.051	-	55.038
Aumento de capital	463.990	-	-	7.000	-	470.990
Redução de capital	-	(20.344)	-	-	-	(20.344)
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	(20.247)	-	-	(23.790)	(44.037)
Saldo em 31/12/2019	681.807	748.392	224.201	11.473	146.526	1.812.399
Resultado da equivalência patrimonial	23.494	99.913	8.900	(1.288)	21.550	152.569
Ajustes de avaliação patrimonial	165.479	195.286	(1.949)	-	-	358.816
Aumento de capital	42.782	-	-	-	-	42.782
Dividendos/juros sobre capital próprio	(5.223)	(67.546)	-	-	(22.168)	(94.937)
Saldo em 31/12/2020	908.339	976.045	231.152	10.185	145.908	2.271.629

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 10 – IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Controladora

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo imobilizado bruto						
Saldo em 01/01/2019	610.967	2.413.666	35.655	220.513	15.162	3.295.963
Adições	-	11.296	2.537	131.864	19.957	165.654
Juros capitalizados	-	-	-	7.406	-	7.406
Transferências	12.682	66.918	2.262	(81.881)	19	-
Baixas	(133)	(25.857)	(4)	-	(3.326)	(29.320)
Saldo em 31/12/2019	<u>623.516</u>	<u>2.466.023</u>	<u>40.450</u>	<u>277.902</u>	<u>31.812</u>	<u>3.439.703</u>
Adições	-	2.859	1.168	160.686	125	164.838
Juros capitalizados	-	-	-	5.330	-	5.330
Transferências	5.318	37.367	211	(42.232)	(664)	-
Baixas	(26.865)	(2.055)	-	-	(15.160)	(44.080)
Saldo em 31/12/2020	<u>601.969</u>	<u>2.504.194</u>	<u>41.829</u>	<u>401.686</u>	<u>16.113</u>	<u>3.565.791</u>
	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Depreciação acumulada						
Saldo em 01/01/2019	(422.822)	(1.705.907)	(33.073)	-	(11.729)	(2.173.531)
Depreciação e exaustão	(18.804)	(111.540)	(1.556)	-	(4.016)	(135.916)
Baixas	117	24.342	1	-	3.323	27.783
Saldo em 31/12/2019	<u>(441.509)</u>	<u>(1.793.105)</u>	<u>(34.628)</u>	<u>-</u>	<u>(12.422)</u>	<u>(2.281.664)</u>
Depreciação e exaustão	(15.569)	(111.364)	(2.044)	-	(746)	(129.723)
Baixas	26.865	2.055	-	-	-	28.920
Saldo em 31/12/2020	<u>(430.213)</u>	<u>(1.902.414)</u>	<u>(36.672)</u>	<u>-</u>	<u>(13.168)</u>	<u>(2.382.467)</u>
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2019	182.007	672.918	5.822	277.902	19.390	1.158.039
Saldo em 31/12/2020	171.756	601.780	5.157	401.686	2.945	1.183.324

Consolidado

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo imobilizado bruto						
Saldo em 01/01/2019	8.700.749	29.608.998	753.078	1.021.247	988.114	41.072.186
Adições	28.449	76.756	13.955	1.506.343	121.097	1.746.600
Juros capitalizados	-	-	-	24.676	-	24.676
Transferências	115.452	884.161	24.037	(1.038.693)	15.043	-
Baixas	(54.699)	(165.139)	(1.890)	(40.314)	(105.643)	(367.685)
Variação cambial	122.992	626.432	13.369	42.470	10.797	816.060
Saldo em 31/12/2019	<u>8.912.943</u>	<u>31.031.208</u>	<u>802.549</u>	<u>1.515.729</u>	<u>1.029.408</u>	<u>43.291.837</u>
Adições	50.848	98.372	9.765	1.369.947	121.846	1.650.778
Juros capitalizados	-	-	-	24.622	-	24.622
Transferências	207.551	695.512	13.653	(939.231)	22.515	-
Baixas	(226.920)	(505.580)	(11.487)	-	(144.153)	(888.140)
Aquisição de controlada (nota 3.4)	275.076	173.453	29	36.563	1.636	486.757
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 30)	(198.196)	(213.729)	-	-	-	(411.925)
Variação cambial	918.554	3.621.233	107.634	246.575	47.285	4.941.281
Saldo em 31/12/2020	<u>9.939.856</u>	<u>34.900.469</u>	<u>922.143</u>	<u>2.254.205</u>	<u>1.078.537</u>	<u>49.095.210</u>

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Depreciação acumulada						
Saldo em 01/01/2019	(4.181.805)	(20.366.821)	(686.946)	-	(290.133)	(25.525.705)
Depreciação e exaustão	(295.615)	(1.136.040)	(33.143)	-	(112.384)	(1.577.182)
Transferências	-	(20)	-	-	20	-
Baixas	38.826	145.019	1.818	-	105.272	290.935
Variação cambial	(74.868)	(483.549)	(12.151)	-	(7.824)	(578.392)
Saldo em 31/12/2019	(4.513.462)	(21.841.411)	(730.422)	-	(305.049)	(27.390.344)
Depreciação e exaustão	(413.252)	(1.354.559)	(37.616)	-	(100.210)	(1.905.637)
Baixas	223.174	497.434	11.169	-	128.833	860.610
Variação cambial	(440.999)	(2.835.685)	(100.806)	-	(29.434)	(3.406.924)
Saldo em 31/12/2020	(5.144.539)	(25.534.221)	(857.675)	-	(305.860)	(31.842.295)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2019	4.399.481	9.189.797	72.127	1.515.729	724.359	15.901.493
Saldo em 31/12/2020	4.795.317	9.366.248	64.468	2.254.205	772.677	17.252.915
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2019	4.399.481	9.189.797	72.127	1.515.729	724.359	15.901.493
Saldo em 31/12/2020	4.795.317	9.366.248	64.468	2.254.205	772.677	17.252.915

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2020 é de 3,8% a.a. (6,0% a.a. em 2019).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	10 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamento eletrônico de dados	2,5 a 6 anos

b) Valores oferecidos em garantia – Não foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos em 2020 e 2019.

c) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado - Em 31/12/2020, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 345.087 para o grupo de “terrenos, prédios e construções” (R\$ 124.761 em 31/12/2019), R\$ 710.476 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 504.287 em 31/12/2019) e R\$ 543.726 para imobilizações em andamento (R\$ 543.726 em 31/12/2019).

NOTA 11 – ÁGIOS

	Consolidado		
	Montante bruto do ágio	Perdas acumuladas pela não recuperabilidade ativos	Ágio após as perdas pela não recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2019	16.783.958	(7.671.568)	9.112.390
(+/-) Variação cambial	661.247	(304.326)	356.921
Saldo em 31/12/2019	17.445.205	(7.975.894)	9.469.311
(+/-) Variação cambial	4.976.383	(2.342.175)	2.634.208
Saldo em 31/12/2020	22.421.588	(10.318.069)	12.103.519

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
	2020	2019
Brasil	373.135	373.135
Aços Especiais	3.828.841	2.969.752
América do Norte	7.901.543	6.126.424
	12.103.519	9.469.311

NOTA 12 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao relacionamento com clientes decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

Controladora

	Desenvolvimento de software	Total
Saldo em 31/12/2019	-	-
Adições	30.782	30.782
Amortização	(4.948)	(4.948)
Saldo em 31/12/2020	25.834	25.834
Vida útil média estimada	7 anos	

Consolidado

	Consolidado				
	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	26.719	415.640	387.299	6.438	836.096
Varição cambial	-	6.137	12.586	472	19.195
Adições	-	100.313	-	-	100.313
Amortização	(5.304)	(157.278)	(116.462)	(3.298)	(282.342)
Saldo em 31/12/2019	21.415	364.812	283.423	3.612	673.262
Varição cambial	-	42.890	83.806	1.074	127.770
Adições	-	154.250	-	-	154.250
Amortização	(4.637)	(188.083)	(136.525)	(3.459)	(332.704)
Saldo em 31/12/2020	16.778	373.869	230.704	1.227	622.578
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	5 a 20 anos	5 anos	

	2020	2019
Brasil	220.303	238.243
Aços Especiais	156.557	132.934
América do Sul	1.534	1.729
América do Norte	244.184	300.356
	622.578	673.262

NOTA 13 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:

Controladora

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Total
Arrendamento mercantil bruto			
Saldo em 01/01/2019	76.674	1.205	77.879
Baixas	(5.678)	(1.205)	(6.883)
Remensurações	190	-	190
Saldo em 31/12/2019	71.186	-	71.186
Adição	10	-	10
Baixas	(681)	-	(681)
Remensurações	7.110	-	7.110
Saldo em 31/12/2020	77.625	-	77.625
	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Total
Depreciação Acumulada			
Saldo em 01/01/2019	-	-	-
Depreciação	(19.284)	(274)	(19.558)
Baixas	757	274	1.031
Saldo em 31/12/2019	(18.527)	-	(18.527)
Depreciação	(18.490)	-	(18.490)
Baixas	430	-	430
Saldo em 31/12/2020	(36.587)	-	(36.587)
Arrendamento mercantil líquido			
Saldo em 31/12/2019	52.659	-	52.659
Saldo em 31/12/2020	41.038	-	41.038

Consolidado

	Terrenos, Prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Outros	Total
Arrendamento mercantil bruto					
Saldo em 01/01/2019	243.250	436.401	106.787	49.930	836.368
Adição	14.062	117.653	742	11.064	143.521
Baixas	(10.493)	(22.993)	(162)	(1.907)	(35.555)
Remensurações	33.322	(2.346)	-	1.236	32.212
Variação Cambial	3.853	4.571	46	2.119	10.589
Saldo em 31/12/2019	283.994	533.286	107.413	62.442	987.135
Adição	5.670	185.116	175	43.862	234.823
Baixas	(14.583)	(14.846)	-	(1.176)	(30.605)
Remensurações	111	(3.035)	12.548	69	9.693
Variação Cambial	26.748	37.809	340	15.747	80.644
Saldo em 31/12/2020	301.940	738.330	120.476	120.944	1.281.690
	Terrenos, Prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Outros	Total
Depreciação Acumulada					
Saldo em 01/01/2019	-	-	-	-	-
Depreciação	(50.080)	(127.399)	(15.419)	(21.873)	(214.771)
Baixas	1.330	4.250	32	976	6.588
Variação Cambial	(733)	(128)	(9)	(768)	(1.638)
Saldo em 31/12/2019	(49.483)	(123.277)	(15.396)	(21.665)	(209.821)
Depreciação	(51.451)	(166.741)	(15.459)	(27.110)	(260.761)
Baixas	8.601	13.453	-	1.027	23.081
Variação Cambial	(5.286)	(8.091)	(70)	(5.431)	(18.878)
Saldo em 31/12/2020	(97.619)	(284.656)	(30.925)	(53.179)	(466.379)
Arrendamento mercantil líquido					
Saldo em 31/12/2020	204.321	453.674	89.551	67.765	815.311
Saldo em 31/12/2019	234.511	410.009	92.017	40.777	777.314

b) Arrendamento mercantil a pagar:

Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas em cada país onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo spread de crédito da Companhia, onde em

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

31/12/2020 as taxas de desconto se situaram entre 3,7% à 10,8% a.a. (5,1% a.a. à 10,8% a.a. em 31/12/2019) em termos consolidados, variando conforme o país e prazo de duração do arrendamento mercantil.

Controladora

Vencimento arrendamento mercantil

	2020	2019
2020	-	18.023
2021	18.901	18.783
2022	19.500	12.263
2023	5.400	5.400
	<u>43.801</u>	<u>54.469</u>

Arrendamento mercantil a pagar

Passivo Circulante	18.901	18.023
Passivo Não-Circulante	24.900	36.446

Despesa de juros do exercício	3.760	5.398
-------------------------------	-------	-------

Consolidado

Vencimento do arrendamento mercantil

	2020	2019
2020	-	202.536
2021	231.703	172.870
2022	193.314	121.379
2023	140.019	85.878
2024	90.812	58.866
2025 em diante	200.626	162.740
	<u>856.474</u>	<u>804.269</u>

Arrendamento mercantil a pagar

Passivo Circulante	231.703	202.536
Passivo Não-Circulante	624.771	601.733

Despesa de juros dos exercícios	61.727	83.620
---------------------------------	--------	--------

c) Informação requerida pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019:

Para fins de atendimento das informações requeridas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia informa os saldos de passivos de arrendamento mercantil oriundos das empresas situadas no Brasil, os quais totalizam R\$ 615.304 em 31/12/2020 (R\$ 593.207 em 31/12/2019). Os pagamentos geram um direito potencial de PIS e COFINS incluídos na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, de 9,25%.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Vencimento passivo de arrendamento mercantil - Empresas no Brasil

	2020	2019
2020	-	138.778
2021	150.749	119.796
2022	127.334	84.215
2023	95.109	58.957
2024	59.615	39.652
2025 em diante	182.497	151.809
	615.304	593.207

Outras informações de arrendamento mercantil das empresas no Brasil

	2020	2019
Arrendamento mercantil - direito de uso	579.242	572.422
Despesa de Juros dos exercícios	52.266	50.209
Despesa de Depreciação dos exercícios	166.279	139.125

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração do seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Tal vedação pode gerar distorções em um cenário de elevação de taxas de juros de longo prazo no Brasil, desta forma, a apresentação das tabelas acima com os vencimentos de arrendamento mercantil das empresas no Brasil possibilita que o usuário da informação financeira proceda com os seus cálculos e possa avaliar impactos que eventuais mudanças futuras nas taxas de juros de longo prazo e inflação possam trazer nos passivos do Brasil registrados pela Companhia.

NOTA 14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores mercado doméstico	213.123	128.684	3.941.924	2.701.246
Fornecedores risco sacado	39.503	16.221	726.045	376.093
Fornecedores coligadas	77.747	54.994	8.958	4.283
Fornecedores importação	38.000	26.212	761.026	681.146
	368.373	226.111	5.437.953	3.762.768

A Companhia possui contratos junto a instituições financeiras com objetivo de permitir aos seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis através de operação denominada “fornecedores risco sacado”. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para uma instituição financeira, que por sua vez, passa a ser a detentora dos direitos dos recebíveis dos fornecedores. A Companhia mantém permanente acompanhamento da composição da carteira e das condições estabelecidas com os fornecedores, as quais não sofreram alterações significativas em relação ao que vinha sendo praticado historicamente.

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Encargos anuais (*)	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Capital de giro	3,44%	-	50.510	1.178.557	107.312
Financiamento de imobilizado e outros	3,27%	-	-	333.797	843.099
<i>Ten/Thirty Years Bonds</i>	5,41%	-	-	13.100.580	12.188.412
Total dos financiamentos		-	50.510	14.612.934	13.138.823
Circulante		-	50.510	1.424.043	1.544.211
Não circulante		-	-	13.188.891	11.594.612
Valor do principal dos financiamentos		-	50.000	14.413.188	12.958.565
Valor dos juros dos financiamentos		-	510	199.746	180.258
Total dos financiamentos		-	50.510	14.612.934	13.138.823

(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2020

Em 31/12/2020, o custo médio ponderado nominal de juros do consolidado é de 5,34%.

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos substancialmente por taxa fixa ou indexados ao CDI (Certificados de Depósito Interbancário).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	Consolidado	
	2020	2019
Real (BRL)	1.245.988	111.492
Dólar Norte-Americano (USD)	13.366.946	12.960.521
Demais moedas	-	66.810
	14.612.934	13.138.823

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Consolidado	
	2020	2019
2021	-	1.221.361
2022	5.210	105.137
2023	2.108.324	1.243.774
2024	1.813.225	1.531.163
2025	682.422	1.642.664
2026 em diante	8.579.710	5.850.513
	13.188.891	11.594.612

a) Linhas de crédito e contas garantidas

Em outubro de 2019, a Companhia concluiu a renovação da Linha de Crédito Global no valor total de US\$ 800 milhões (equivalentes a R\$ 4.157 milhões em 31/12/2020). A operação visa prover liquidez às controladas da América do Norte e América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia nesta transação que possui vencimento em outubro de 2024. Em 31/12/2020, o montante utilizado nesta linha era de US\$ 40 milhões (equivalentes a R\$ 207 milhões em 31/12/2020).

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Novas captações

Ao longo do 4º trimestre de 2020, as controladas Gerdau Aços Longos e Gerdau Açominas realizaram captações de capital de giro de longo prazo em BRL junto a instituições de primeira linha. Os recursos foram utilizados na liquidação da oferta de recompra dos *Bonds*, que totalizou US\$ 300 milhões de principal. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor dessas operações bilaterais é de R\$ 1.175 milhões.

NOTA 16 – DEBÊNTURES

					Controladora		Consolidado	
Emissão	Assembleia	Quantidade em 31/12/2020		Vencimento	2020	2019	2020	2019
	Geral	Emitida	Em carteira					
14ª	26/08/2014	20.000	20.000	30/08/2024	-	-	-	-
15ª	09/11/2018	1.500.000	-	21/11/2022	1.500.985	1.504.436	1.500.985	1.504.436
16ª - A	25/04/2019	600.000	-	06/05/2023	600.759	602.847	600.759	602.847
16ª - B	25/04/2019	800.000	-	06/05/2026	800.673	803.761	800.673	803.761
Total					2.902.417	2.911.044	2.902.417	2.911.044
Parcela do Circulante					7.463	18.015	7.463	18.015
Parcela do Não-circulante					2.894.954	2.893.029	2.894.954	2.893.029

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2022	1.497.760	1.496.591	1.497.760	1.496.591
2023	598.960	598.530	598.960	598.530
2027 em diante	798.234	797.908	798.234	797.908
	2.894.954	2.893.029	2.894.954	2.893.029

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A taxa média de juros dessas emissões foi de 2,90% para o exercício findo em 31/12/2020 (6,18% para o exercício findo em 31/12/2019).

NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Valor justo de derivativos, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não-circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros. Estas transações são realizadas considerando exposições ativas ou passivas diretas, sem alavancagem.

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos								
Aplicações financeiras	1.236.423	1.236.423	1.897.788	1.897.788	3.041.143	3.041.143	3.652.949	3.652.949
Partes relacionadas	762	762	-	-	134.354	134.354	95.445	95.445
Valor justo de derivativos	-	-	2.846	2.846	-	-	2.846	2.846
Outros ativos circulantes	91.832	91.832	56.440	56.440	591.523	591.523	618.769	618.769
Outros ativos não-circulantes	25.615	25.615	51.899	51.899	590.864	590.864	464.169	464.169
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	50.510	50.510	14.612.934	17.014.948	13.138.823	14.288.142
Debêntures	2.902.417	2.775.619	2.911.044	2.864.950	2.902.417	2.775.619	2.911.044	2.864.950
Partes relacionadas	7.752.695	7.752.695	6.402.680	6.402.680	22.855	22.855	-	-
Valor justo de derivativos	-	-	-	-	971	971	-	-
Obrigações com FIDC	987.406	987.406	1.018.501	1.018.501	987.406	987.406	1.018.501	1.018.501
Outros passivos circulantes	150.838	150.838	99.867	99.867	797.082	797.082	666.858	666.858
Outros passivos não-circulantes	21.115	21.115	11.608	11.608	514.886	514.886	449.375	449.375

O valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures são baseados em premissas de mercado, que podem levar em *consideração* fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 17.g.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. Em decorrência da atual condição de mercado, especialmente pela pandemia provocada pela Covid-19, o real brasileiro tem experimentado desvalorização em relação à cotação de outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Em 31/12/2020, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$ 1,00 = R\$ 5,1967 (R\$ 4,0307 em 31/12/2019), registrando uma desvalorização do real de aproximadamente 22,44%.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI – *Key Performance Indicators*) relacionados ao objetivo “Gestão da Estrutura de Capital” são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas (Ebitda/Despesa Financeira Líquida) e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 15 e 16). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 24). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Dívida Líquida/EBITDA	entre 1,0x a 1,5x
Limite nominal da Dívida Bruta	R\$ 12 bilhões
Prazo Médio	> 6 anos

No entanto, mudanças que deterioreem o ambiente econômico e de negócios, ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento, entre os quais aqueles oriundos da pandemia provocada pela Covid-19, caso manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções. Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 15 e 16, respectivamente.

Controladora					
2020					
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	368.373	368.373	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	3.077.960	66.145	2.174.185	32.604	805.027
Partes relacionadas	7.752.695	417.553	4.632.858	-	2.702.284
Obrigações com FIDC	987.406	944.513	42.893	-	-
Outros passivos circulantes	150.838	150.838	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	21.115	-	19.756	-	1.359
	12.358.387	1.947.422	6.869.692	32.604	3.508.670

Controladora					
2019					
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	226.111	226.111	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	55.886	55.886	-	-	-
Debêntures	3.457.033	152.928	1.764.003	686.732	853.370
Partes relacionadas	6.402.680	1.575.917	2.442.604	2.384.159	-
Obrigações com FIDC	1.018.501	-	-	-	1.018.501
Outros passivos circulantes	99.867	99.867	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	11.608	-	8.863	-	2.745
	11.271.686	2.110.709	4.215.470	3.070.891	1.874.616

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado				
	2020				
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	5.437.953	5.437.953	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	21.962.204	2.131.402	3.465.577	3.531.312	12.833.913
Debêntures	3.077.960	66.145	2.174.184	32.604	805.027
Partes relacionadas	22.855	-	-	-	22.855
Obrigações com FIDC	987.406	944.513	42.893	-	-
Outros passivos circulantes	797.082	797.082	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	514.886	-	41.805	-	473.081
	32.800.346	9.377.095	5.724.459	3.563.916	14.134.876

	Consolidado				
	2019				
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	3.762.768	3.762.768	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20.061.659	2.312.877	2.659.844	3.793.164	11.295.774
Debêntures	3.457.033	152.928	1.764.003	686.732	853.370
Obrigações com FIDC	1.018.501	-	-	-	1.018.501
Outros passivos circulantes	666.858	666.858	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	449.375	-	20.079	-	429.296
	29.416.194	6.895.431	4.443.926	4.479.896	13.596.941

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2020	2019
Variações na moeda estrangeira	5%	15.057	112.355
Variações nas taxas de juros	10bps	85.147	70.891
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	438.147	396.440
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	269.454	258.906
Swaps de taxas de juros	50bps	-	408
Contratos a termo de moedas	5%	3.703	-

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): em 31/12/2020 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem *hedge*. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 15.047 após os efeitos decorrentes do *hedge* de investimento líquido descritos na nota 17.f (R\$ 112.355 em 31/12/2019, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor, mas que em função do *net investment hedge* seria minimizada quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros montada, em 31/12/2020, R\$ 85.147 (R\$ 70.891 em 31/12/2019) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 15 e 16, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos no exercício de 2020, totaliza R\$ 438.147 (R\$ 396.440 em 31/12/2020) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 269.454 em 31/12/2020 (R\$ 258.906 em 31/12/2019). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade de swap de taxas de juros: a Companhia possui *swap* de taxa de juros para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 50 bps na curva de juros para as operações Pré x DI. Estas variações representam uma receita ou uma despesa de R\$ 0 (R\$ 408 em 31/12/2019). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Análise de sensibilidade dos contratos a termo de Moedas: a Companhia possui exposição a contratos a termo de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Argentino, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente ao Peso Argentino representa uma receita de R\$ 3.703 (R\$ 0 em 31/12/2019), e uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Argentino representa uma despesa no mesmo valor. Os contratos a termo de Dólar/Peso Argentino tiveram como objetivo a cobertura das posições ativas e passivas em Dólar e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos a termo de Dólar aos quais a Companhia está exposta são apresentados na nota 17.e.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora			Consolidado		
2020	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total
Aplicações financeiras	-	1.236.423	1.236.423	-	3.041.143	3.041.143
Partes relacionadas	762	-	762	134.354	-	134.354
Outros ativos circulantes	91.832	-	91.832	591.523	-	591.523
Outros ativos não-circulantes	25.615	-	25.615	530.864	60.000	590.864
Total	118.209	1.236.423	1.354.632	1.256.741	3.101.143	4.357.884
Resultado financeiro em 31/12/2020	90.539	50.111	140.650	487.631	109.396	597.027

	Controladora		Consolidado		
			Passivos a valor justo por meio do resultado		
Passivos	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	14.612.934	14.612.934
Debêntures	2.902.417	2.902.417	-	2.902.417	2.902.417
Partes relacionadas	7.752.695	7.752.695	-	22.855	22.855
Obrigações com FIDC	987.406	987.406	-	987.406	987.406
Outros passivos circulantes	150.838	150.838	-	797.082	797.082
Outros passivos não-circulantes	21.115	21.115	-	514.886	514.886
Valor justo de derivativos	-	-	971	-	971
Total	11.814.471	11.814.471	971	19.837.580	19.838.551
Resultado financeiro em 31/12/2020	(2.499.879)	(2.499.879)	(1.632)	(2.294.102)	(2.295.734)

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora				Consolidado			
		Ativos a valor justo por meio do resultado	Ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total		Ativos a valor justo por meio do resultado	Ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
2019	Custo amortizado				Custo amortizado			
Aplicações financeiras	-	1.897.788	-	1.897.788	-	3.652.949	-	3.652.949
Valor justo de derivativos	-	-	2.846	2.846	-	-	2.846	2.846
Partes relacionadas	-	-	-	-	95.445	-	-	95.445
Outros ativos circulantes	56.440	-	-	56.440	618.769	-	-	618.769
Outros ativos não-circulantes	51.899	-	-	51.899	464.169	-	-	464.169
Total	108.339	1.897.788	2.846	2.008.973	1.178.383	3.652.949	2.846	4.834.178
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2019	105.664	30.545	-	136.209	279.843	92.759	-	372.602

	Controladora			Consolidado		
Passivos	Custo amortizado	Total	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
Empréstimos e Financiamentos	50.510	50.510	-	13.138.823	13.138.823	
Debêntures	2.911.044	2.911.044	-	2.911.044	2.911.044	
Partes relacionadas	6.402.680	6.402.680	-	-	-	
Obrigações com FIDC	1.018.501	1.018.501	-	1.018.501	1.018.501	
Outros passivos circulantes	99.867	99.867	-	666.858	666.858	
Outros passivos não-circulantes	11.608	11.608	-	449.375	449.375	
Total	10.494.210	10.494.210	-	18.184.601	18.184.601	
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2019	(913.844)	(913.844)	(20.636)	(1.861.180)	(1.881.816)	

Em 31/12/2020, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swap* de taxas de juros e contratos a termo de moeda. Esses instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração dos Resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado.

O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Política de uso de derivativos: a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Política de apuração do valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado.

As operações de derivativos podem incluir: swaps de taxas de juros e/ou de moeda, contratos a termo de moeda e contratos de opções de moeda.

Contratos de Swap: A Companhia contratou operação de swap Pré x DI, através da qual recebe uma taxa de juros fixa e paga uma taxa de juros flutuante, ambas em moeda local. As contrapartes são sempre instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito.

Contratos a termo de moeda: A Companhia contratou operações de contratos a termo, por meio das quais recebe montante em dólar pré-fixado e paga montante em peso argentino pré-fixado, ambas em moeda local. As contrapartes são sempre instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

Contratos de Proteção Patrimonial	Posição	Valor de referência		Valor a receber		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contratos <i>swap de taxa de juros</i>							
Vencimento em 2020	CDI 111,50%	-	R\$ 50,0 milhões	-	2.846	-	-
Contratos a termo de Dólar							
Vencimento em 2021	comprado em US\$	US\$ 9,9 milhões	-	-	-	(971)	-
Total valor justo instrumentos financeiros				-	2.846	(971)	-
Valor justo de derivativos				2020		2019	
Ativo circulante				-		2.846	
				-		2.846	
Valor justo de derivativos							
Passivo circulante				(971)		-	
				(971)		-	
Demonstração do Resultado				2020		2019	
Ganho com instrumentos financeiros				858		5.518	
Perda com instrumentos financeiros				(1.632)		(20.636)	
				(774)		(15.118)	
Demonstração do Resultado Abrangente							
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros				(1.972)		3.502	
				(1.972)		3.502	

f) Hedge de investimento líquido (*Net investment hedge*)

A Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas no montante de US\$ 2,1 bilhões (designadas como *hedge*) tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

A Companhia provou a efetividade do *hedge* a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada no montante de R\$ 2.504.914 e R\$ 322.948 em 31/12/2020 e 31/12/2019 respectivamente e na Controladora, perdas de R\$ 2.504.914 e R\$ 322.948 em 31/12/2020 e 31/12/2019, respectivamente.

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

g) Mensuração do valor justo:

As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2020, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 31/12/2020 e 31/12/2019, são os seguintes:

	Consolidado			
	Mensuração ao valor justo			
	Saldo Contábil		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	
			2020	2019
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante				
Aplicações financeiras	3.041.143	3.652.949	3.041.143	3.652.949
Valor justo de derivativos	-	2.846	-	2.846
Outros ativos circulantes	591.523	618.769	591.523	618.769
Ativo não-circulante				
Partes relacionadas	134.354	95.445	134.354	95.445
Outros ativos não-circulantes	590.864	464.169	590.864	464.169
	<u>4.357.884</u>	<u>4.834.178</u>	<u>4.357.884</u>	<u>4.834.178</u>
Passivo circulante				
Empréstimos e Financiamentos	1.424.043	1.544.211	1.424.043	1.544.211
Debêntures	7.463	18.015	7.463	18.015
Valor justo de derivativos	971	-	971	-
Obrigações com FIDC	944.513	-	944.513	-
Outros passivos circulantes	797.082	666.858	797.082	666.858
Passivo não-circulante				
Empréstimos e Financiamentos	13.188.891	11.594.612	13.188.891	11.594.612
Debêntures	2.894.954	2.893.029	2.894.954	2.893.029
Partes Relacionadas	22.855	-	22.855	-
Obrigações com FIDC	42.893	1.018.501	42.893	1.018.501
Outros passivos não-circulantes	514.886	449.375	514.886	449.375
	<u>19.838.551</u>	<u>18.184.601</u>	<u>19.838.551</u>	<u>18.184.601</u>

Os saldos da controladora se enquadram no Nível 2.

h) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Conforme requerido pela norma IAS 7 (CPC 03), a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2020
		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Valor justo de derivativos	2.958.708	(72.540)	(110.339)	110.859	15.729	2.902.417
Arrendamento mercantil a pagar	54.469	(17.610)	(3.760)	3.760	6.942	43.801
Partes Relacionadas, líquidas	6.402.680	(893.499)	-	442.597	1.800.155	7.751.933

Controladora	Saldo em 01/01/2019	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2019
		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Valor justo de derivativos	1.731.655	1.230.304	(160.614)	159.397	(2.034)	2.958.708
Arrendamento mercantil a pagar	77.879	(17.607)	(5.398)	5.398	(5.803)	54.469
Partes Relacionadas, líquidas	6.720.963	(928.340)	-	355.540	254.517	6.402.680

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2020
		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Partes Relacionadas, líquidas	(95.445)	(7.777)	-	(8.277)	-	(111.499)
Arrendamento mercantil a pagar	804.269	(247.914)	(61.727)	61.727	300.119	856.474
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Valor justo de derivativos	16.047.021	(1.963.283)	(1.079.981)	1.022.460	3.490.105	17.516.322

Consolidado	Saldo em 01/01/2019	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2019
		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	
Partes Relacionadas, líquidas	(26.589)	(64.089)	-	(4.767)	-	(95.445)
Arrendamento mercantil a pagar	836.368	(161.824)	(83.620)	83.620	129.725	804.269
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Valor justo de derivativos	14.878.542	700.490	(945.027)	938.120	474.896	16.047.021

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Encargos sociais sobre folha de pagamento	7.621	7.580	100.301	75.385
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	19.769	10.512	99.430	47.244
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	24.760	4.130	51.444	6.654
Imposto sobre Produtos Industrializados	602	426	38.153	13.252
Imposto sobre valor agregado e outros	14.959	6.765	310.761	290.453
	<u>67.711</u>	<u>29.413</u>	<u>600.089</u>	<u>432.988</u>

NOTA 19 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

D) Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
a) Provisões tributárias	127.514	91.053	706.104	396.821
b) Provisões trabalhistas	119.530	111.196	428.821	357.130
c) Provisões cíveis	188	325	37.586	55.348
	<u>247.232</u>	<u>202.574</u>	<u>1.172.511</u>	<u>809.299</u>

a) Provisões tributárias

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	202.574	206.952	809.299	770.305
(+) Adições	63.218	35.061	559.513	249.868
(+) Atualização monetária	21.060	17.769	104.473	70.788
(-) Reversão de valores provisionados	(39.620)	(57.208)	(304.678)	(282.239)
(+/-) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	-	-	3.904	577
Saldo no final do exercício	<u>247.232</u>	<u>202.574</u>	<u>1.172.511</u>	<u>809.299</u>

II) Passivos contingentes não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

a) Contingências tributárias

a.1) A Gerdau S.A. e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 458.801.

a.2) A Gerdau S.A. e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 357.974, (ii) Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS,

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 1.016.764, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 138.369 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa em R\$ 614.647.

a.3) A Gerdau S.A e sua controlada Gerdau Aços Longos S.A. são partes em processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de “Pré-pagamento de Exportações” (PPE) ou de “Recebimento Antecipado de Exportações” (RAE), no valor atualizado de R\$ 1.256.016, dos quais: (i) R\$ 130.047 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e ao qual foi negado provimento pelo voto de qualidade, tendo sido interposto Recurso Especial em 17/05/2019, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); (ii) R\$ 137.743 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF em 05/11/2019, ao qual foi negado provimento, tendo sido rejeitados os Embargos de Declaração opostos contra referida decisão, o que ensejou a interposição de interposto Recurso Especial em 02/03/2020, ratificado em 08/06/2020, parcialmente admitido, e que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); (iii) R\$ 140.076 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve sua Impugnação julgada parcialmente improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário em 03/06/2019, que em 10/03/2020 foi julgado e teve negado seu provimento pela primeira instância do CARF, o que ensejou a interposição de interposto Recurso Especial em 03/11/2020; (iv) R\$ 158.723 correspondem a um processo da Gerdau S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em 05/11/2019, ao qual foi negado provimento por maioria de votos, tendo sido rejeitados os Embargos de Declaração opostos contra referida decisão, o que ensejou a interposição de interposto Recurso Especial em 01/07/2020, parcialmente admitido, e que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); (v) R\$ 197.082 correspondem a um processo da Gerdau S.A., que teve sua impugnação julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, em 17/06/2019, o qual foi julgado em 07/04/2020 e foi parcialmente provido, o que ensejou a interposição de interposto Recurso Especial em 17/11/2020; (vi) R\$ 242.441 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve sua Impugnação julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário em 23/06/2020; (vii) R\$ 57.659 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cuja Impugnação foi apresentada em 15/12/2020, e que aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ); e (viii) R\$ 192.245 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cuja intimação foi recebida em 07/12/2020, cuja impugnação foi apresentada em 06/01/2021.

a.4) A Gerdau S.A., é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, decorrente de reestruturação societária iniciada em 2010. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 436.443, dos quais: (i) R\$ 24.375 correspondem a um processo em que foram rejeitados os Embargos de Declaração opostos contra a decisão que deu provimento ao recurso de ofício em favor da Fazenda Nacional, estando pendente de julgamento o Recurso Especial interposto pela companhia. (ii) R\$198.703 correspondem a um processo em que a Companhia teve sua impugnação julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e interpôs Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que se encontra pendente de julgamento; e (iii) R\$ 69.566 correspondem a um processo em que a Companhia teve sua impugnação julgada parcialmente procedente e interpôs Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que se encontra pendente de julgamento; (iv) R\$ 143.799 correspondem a um Auto de Infração recebido pela Companhia em 02/12/2019, em face do qual apresentou Impugnação em 27/12/2019, julgada procedente em parte pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), estando pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) o Recurso Voluntário interposto.

a.5) A Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e a controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.286.160. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$1.063.769, correspondem a três processos da controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 859.699 correspondem a uma Execução Fiscal em face da qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que foram julgados parcialmente improcedentes, por meio de sentença proferida em 15/07/2019, complementada por decisão publicada em 21/10/2019, após a oposição de embargos de declaração, que foi objeto de Recurso de Apelação interposto pela empresa e pela Fazenda Nacional, atualmente, pendentes de julgamento no

GERDAU S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)**

Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e (i.b) R\$ 35.886 correspondem a um processo parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017 e já transitada em julgado; as matérias não analisadas anteriormente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, foram objeto de julgamento em 16/10/2019, por decisão parcialmente favorável, em face da qual a empresa foi intimada em 30/12/2020, para pagamento do débito remanescente; (i.c) R\$ 168.184 correspondem a uma Execução Fiscal em face da qual a Companhia interpôs Embargos à Execução em 01/12/2020; e (ii) R\$ 222.391 correspondem a uma Execução Fiscal ajuizada contra a Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), e em face da qual a Companhia opôs Embargos à Execução protocolados em 07/07/2020.

a.6) A Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e suas controladas, Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos e judiciais relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 7.984.187, dos quais: (i) R\$ 5.371.636 correspondem a quatro processos da Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e de suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo as Companhias ofertado garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, nos respectivos processos, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), em 17/05/2018, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, em face da qual a Fazenda Nacional interpôs recurso de Apelação que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e ainda, nos Embargos à Execução ajuizados pela controlada Gerdau Aços Longos S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Comercial de Aços S.A.), em 03/10/2019, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, a qual foi confirmada integralmente após a oposição de embargos de declaração pela Fazenda Nacional, tendo sido interposto recurso de apelação pela embargada; (ii) R\$ 317.710 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S/A, em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, tendo sido proferida sentença em 29/09/2020, que julgou procedente os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência do lançamento fiscal; (iii) R\$ 295.064 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S/A, em que parte do débito cuja discussão administrativa se encerrou e se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 14/08/2019, julgados improcedentes em 15/10/2020, tendo a companhia oposto embargos de declaração contra a referida sentença; (iv) R\$ 4.289 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Especial interposto à CSRF, ao qual foi dado seguimento parcial; (v) R\$ 67.904 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cujo Recurso Especial interposto à CSRF foi julgado em 05/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, o processo se encontram em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantia judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e se prepara para o início da discussão judicial em Embargos à Execução; (vi) R\$ 135.365 correspondem a um processo da Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve Recurso Especial parcialmente admitido e se encontra pendente de julgamento; (vii) R\$ 499.483 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido, sendo tal decisão objeto de Recurso Especial pela Fazenda Nacional e Recurso Especial protocolado pela empresa em 29/04/2019, ambos atualmente pendentes de julgamento; (viii) R\$ 107.190 correspondem a um processo da Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que aguarda o julgamento do Recurso Especial interposto contra a decisão que negou provimento ao seu Recurso Voluntário; (ix) R\$ 557.927 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve sua Impugnação julgada improcedente, estando pendente de julgamento na primeira instância do CARF o Recurso Voluntário interposto pela Companhia; e (x) R\$ 486.175 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cuja impugnação apresentada foi julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), estando atualmente pendente de julgamento o recurso voluntário interposto pela Companhia; (xi) R\$ 141.444 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., desmembrado do processo mencionado no item “vi” supra, e que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, já garantida por seguro garantia apresentado em medida cautelar, tendo a Companhia oposto Embargos à Execução Fiscal em 17/12/2020.

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As autoridades federais e o Judiciário brasileiros estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. A Companhia divulgou anteriormente que, adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, estava fornecendo informações requeridas pela U.S. *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Desde então, a empresa foi informada pela equipe da SEC de que encerrou sua investigação e, portanto, não está buscando mais informações da Companhia, com relação a tais assuntos. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos procedimentos no Brasil e que atualmente não há informações suficientes para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou para divulgar qualquer contingência.

b) Contingências cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico, a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, correspondem a R\$ 417.820).

Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial o impedimento para a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspensão dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Ambas as ações foram julgadas improcedentes e suas respectivas apelações também foram improvidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Contra ambas as decisões, foram interpostos recursos direcionados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, após juízo de admissibilidade, o recurso ao Superior Tribunal de Justiça foi admitido com deferimento de efeito suspensivo e da substituição da fiança ofertada por seguro garantia, em decisão de 8/10/2019.

No mesmo despacho em que o Desembargador Vice-Presidente deu efeito suspensivo ao Recurso Especial, para o fim de trocar a garantia, houve o indeferimento do Recurso Extraordinário, sob o fundamento de violação a julgado com repercussão geral reconhecida. Contra tal decisão, interpusemos Agravo Interno para o Plenário do TRF1. A União Federal retirou o processo para elaborar as contrarrazões desse agravo e ainda não devolveu os autos, visto que os prazos processuais estão suspensos.

Independentemente do resultado de seus recursos, a Gerdau continuará buscando todos os remédios jurídicos cabíveis para defesa de seus direitos.

A Gerdau nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendendo esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação.

b.2) A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 316.054. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

c) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 153.459. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributários	249.555	261.213	1.597.995	1.837.967
Trabalhistas	22.097	28.617	95.234	113.379
Cíveis	16.935	1.166	132.562	40.369
	<u>288.587</u>	<u>290.996</u>	<u>1.825.791</u>	<u>1.991.715</u>

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2020, no montante de R\$ 1.504.582, corresponde a depósitos judiciais realizados até junho/2017, referentes à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia.

Para tais ações, a Companhia e suas controladas vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos.

Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

Uma provisão é reconhecida apenas quando “seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação” dentre outros requisitos. Em 31/03/2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil registrando os montantes de R\$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes, líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão.

A Companhia enfatiza, contudo, que em decorrência do recurso de embargos de declaração interposto pela União no Recurso Extraordinário de nº RE 574.706/RG, há a possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, ou defina que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins é o efetivamente pago, e não o destacado na nota fiscal como defendem os contribuintes, o que poderá resultar na limitação dos efeitos da decisão já proferida, caso em que poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações. A depender, portanto, dos termos da decisão a ser proferida pelo STF no julgamento dos embargos de declaração no RE nº 574.706/RG, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro.

A Companhia informa também que quatro das ações acima mencionadas já contam com decisão final favorável transitada em julgado.

A primeira delas transitou em julgado em 19/07/2019 assegurando à Companhia: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, no valor de R\$ 122 milhões (R\$ 79 milhões, líquidos de despesas relacionadas), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação, o que foi realizado em 16/09/2019, no montante de R\$ 179 milhões. A Companhia reconheceu a receita no trânsito em julgado da ação, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, e habilitou seu crédito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido, tendo iniciado os procedimentos de compensação.

Cabe esclarecer que, amparada na Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018, em 07/01/2021 a Receita Federal do Brasil instaurou procedimento tendente à cobrança de R\$ 100 milhões, de diferenças supostamente devidas pela Companhia, calculadas sobre os depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação e que foram levantados por determinação

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

judicial, após o trânsito em julgado, sem qualquer oposição da Procuradoria da Fazenda Nacional. A Companhia já adotou as medidas cabíveis para rebater a cobrança, e, amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, entende esse contencioso como de perda remota, haja vista que a decisão transitada em julgado vedou a cobrança de contribuição ao PIS e de COFINS sobre o ICMS, sem qualquer restrição, reconhecendo que, nos termos da Lei 9.703/98, os depósitos pertencem à parte vencedora, de modo que a cobrança pretendida pela Receita Federal caracteriza descumprimento da ordem estabelecida no título judicial transitado em julgado, além de contrariar frontalmente o entendimento firmado em diversos precedentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que afastam expressamente a pretensão de aplicação da Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018.

A segunda transitou em julgado em 18/12/2019, assegurando à Companhia: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, bem como durante a sua tramitação, no valor de R\$ 280 milhões (R\$ 185 milhões, líquidos de despesas relacionadas), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação, o que foi realizado em 27/05/2020, no montante de R\$ 189 milhões. A Companhia reconheceu a receita no trânsito em julgado da ação, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, como reconhecido expressamente na decisão transitada em julgado, e habilitou seu crédito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido, tendo iniciado os procedimentos de compensação.

A terceira ação transitou em julgado em 29/06/2020, assegurando à Companhia: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, bem como durante a sua tramitação, no valor de R\$ 147 milhões (R\$ 135 milhões, líquidos de despesas relacionadas), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação, no montante de R\$ 193 milhões. A Companhia reconheceu a receita no trânsito em julgado da ação, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, e aguarda o levantamento dos depósitos judiciais e a habilitação do seu crédito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil para poder dar início aos procedimentos de compensação.

A quarta ação transitou em julgado em 18/11/2020, assegurando à Companhia: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, bem como durante a sua tramitação, no valor de R\$ 940 milhões (R\$ 902 milhões, líquidos de despesas relacionadas), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação, no montante de R\$ 3 milhões. A Companhia reconheceu a receita no trânsito em julgado da ação, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, e deu início à habilitação do seu crédito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para a qual aguarda análise.

O fato de algumas das decisões transitadas em julgado em favor da Companhia terem reconhecido o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, sem especificar qual o ICMS a ser excluído (se o destacado ou o recolhido), não altera o entendimento da Companhia, amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, no sentido de que as decisões lhe asseguram o direito à exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais.

Nas ações transitadas em julgado em favor da Companhia, o cálculo do valor do indébito a ser recuperado foi apresentado desde o início, nas petições iniciais, e demonstram inequivocamente que o indébito pleiteado fora calculado com a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, o que também permitiu à Companhia mensurar de maneira confiável o valor a ser efetivamente recuperado, e que foi reconhecido no seu ativo quando do trânsito em julgado das ações.

É de se destacar, ainda, que, nas petições iniciais da Companhia, sempre foi feita referência ao ICMS (genericamente, como um todo, pois, sem discriminação de qualquer parcela), o mesmo que a Fazenda exigia se incluísse na base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, ao apresentar sua contestação nos referidos processos, a União sempre se referiu ao ICMS como um todo, seja para afirmar sua necessária inclusão na base de cálculo do PIS e da COFINS, seja para impugnar o pedido da Companhia pela sua exclusão, em nenhum momento fazendo qualquer diferenciação a tal ou qual parcela dele, se o destacado ou o efetivamente pago.

Por fim, importa pontuar que o entendimento da Companhia, balizado por seus assessores jurídicos, decorre da interpretação da própria decisão proferida pelo STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, quando decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS, como um todo (sem qualquer diferenciação), na base de cálculo do PIS e COFINS, o que espera seja confirmado no julgamento do recurso de embargos de declaração interposto pela União.

Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia possui 4 ações de repetição de indébito que aguardam o respectivo trânsito em julgado. Em ditas ações a Companhia pleiteia o reconhecimento de R\$ 773 milhões de créditos anteriores à propositura

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

das Ações Judiciais (ativo contingente não reconhecido contabilmente pela Companhia), assim como, espera levantar os depósitos judiciais vinculados à ditas ações, no valor de R\$ 1,3 bilhão, e uma ação de mandado de segurança, cujo valor do indébito será apurado oportunamente.

Em 13/04/2020, em razão do momento econômico fortemente impactado pela pandemia provocada pela Covid-19, bem como pelo fato de que a legislação processual expressamente prevê a equiparação de seguro-garantia a dinheiro, a controlada Gerdau Aços Longos S.A. solicitou a substituição dos valores por ela depositados ao longo de anos versando sobre a Inclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS por um seguro-garantia apresentado pela Companhia, no valor de R\$ 1,7 bilhão, o qual cumpre todos os requisitos estabelecidos pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e pode ser convertido em renda a qualquer momento, garantindo que a Fazenda Pública receba todos os valores que eventualmente venham a ser devidos ao final do processo.

Na decisão de 1ª instância, portanto, houve uma decisão pela liberação dos recursos depositados para a empresa. A Fazenda Pública recorreu ao Tribunal e conseguiu uma decisão revertendo a liberação dos valores. A Companhia, então, ofereceu reclamação para dirimir divergência entre a decisão proferida pelo Desembargador Federal Ferreira Neves, integrante da 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do processo nº 50003743-37.2020.4.02.0000, e a jurisprudência do STF (Tema nº 69). Com liminar inicialmente favorável, a decisão foi suspensa posteriormente para aguardar a manifestação da Fazenda Nacional sobre a multa por litigância de má-fé aplicada em face da Companhia. Após a manifestação, que não trouxe qualquer elemento adicional em relação à multa por litigância de má-fé aplicada, o Ministro entendeu pelo não cabimento da Reclamação por ausência de esgotamento das vias ordinárias.

Em relação à multa por litigância de má-fé, aplicada em virtude da alegação de suposta tentativa de indução à erro do Judiciário, a Companhia informa que sempre se manifestou nos autos com boa-fé processual e está confiante de que isso será esclarecido no decorrer do processo.

IV) Empréstimos compulsórios Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)

O Empréstimo Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das “contas de luz” emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos contribuintes, facultando à Eletrobrás a possibilidade de antecipação dessa devolução, através de conversão dos créditos em ações de sua emissão.

Antes da conversão dos créditos em ações, estes eram corrigidos através de um indexador e quantificador, denominado Unidade Padrão (UP). Ocorre que o Empréstimo Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação se situavam em patamares mensais bastante elevados. Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobrás, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás em razão dos empréstimos compulsórios.

Em 2015, processos que envolvem montantes representativos tiveram seus méritos julgados definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ de forma favorável à Companhia de forma que não cabem mais recursos contra estas decisões (“Trânsito em Julgado”) quanto aos direitos pleiteados. Para as ações com decisão Transitada em Julgado, resta ainda a execução de sentença (ou fase de execução) onde serão apurados os efetivos valores a serem liquidados. A obtenção de decisões favoráveis representadas pelo Trânsito em Julgado mencionado acima permite considerar que uma entrada de benefícios econômicos pode ocorrer no futuro.

A Companhia reconheceu no resultado do 2º trimestre/2020, o montante de R\$ 436 milhões (líquido de gastos incorridos para a sua realização), correspondente a 4 processos que evoluíram para a sua fase de encerramento e liquidação. Do valor referido, R\$ 206 milhões já foram levantados judicialmente em 03/07/2020, R\$ 39,7 milhões foram levantados em 22/12/2020 e R\$ 43,6 milhões em 30/12/2020, e o valor remanescente deverá ser recebido pela Companhia ao longo dos

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

próximos meses. Concomitantemente ao reconhecimento acima referido, a Companhia, através da sua controlada Gerdau Hungria, registrou uma obrigação no valor de R\$ 113 milhões junto aos antigos controladores da então Corporación Sidenor, por sua subsidiária à época Aços Villares S.A., que estavam vinculados à solução destes processos.

A Companhia ainda mantém outros processos em trâmite perante o Poder judiciário, versando sobre o tema, com decisões de trânsito em julgado quanto ao mérito, favoráveis à Companhia, que totalizam aproximadamente R\$ 1.350 milhões. No tocante a esses processos, ainda existem incertezas quanto ao prazo, a forma e o montante que será efetivamente realizado, não sendo ainda desta forma praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (*virtually certain*) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes.

NOTA 20 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mútuos ativos				
Empresas controladas				
Gerdau Aços Longos S.A.	762	-	-	-
Empresa com controle em conjunto				
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	-	-	117.092	73.607
Outros				
Fundação Gerdau	-	-	17.262	21.838
	<u>762</u>	<u>-</u>	<u>134.354</u>	<u>95.445</u>
Mútuos passivos				
Empresas controladas				
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(2)	-	-
Gerdau Açominas S.A.	(668)	(44)	-	-
Gerdau Trade Inc.	(7.752.027)	(6.402.634)	-	-
Empresa com controle em conjunto				
Bradley Steel Processors Inc.	-	-	(22.855)	-
	<u>(7.752.695)</u>	<u>(6.402.680)</u>	<u>(22.855)</u>	<u>-</u>
(Despesas) Receitas financeiras líquidas	<u>(442.597)</u>	<u>(355.540)</u>	<u>8.277</u>	<u>4.767</u>

b) Operações com partes relacionadas

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

			2020	2019
	Compras	Vendas	Contas a receber (a pagar)	Contas a receber (a pagar)
Empresas controladas				
Sipar Aceros S.A.	-	48.801	-	1.296
Gerdau Aços Longos S.A.	260.370	47.314	-	139
Gerdau Açominas S.A.	165.587	2.502	-	(50.273)
Diaço S.A.	-	-	(770)	7.415
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	-	15.710	-	-
Outros	-	1	(38)	367
Empresas com controle compartilhado				
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	144.457	160.867	7.988	8.717
Gerdau Metaldom	-	39.515	36.003	76.446
Gerdau Corsa S.A.P.I	-	-	12.568	-
Aceros Corsa, S.A. de C.V.	-	-	22.087	-
Cyrgo S.A.	-	-	12.208	-
	570.414	314.710	90.046	44.107

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle em conjunto decorrentes de vendas no montante de R\$ 887.945 em 31/12/2020 (R\$ 1.572.618 em 31/12/2019) e de compras no montante de R\$ 208.948 em 31/12/2020 (R\$ 198.636 em 31/12/2019). O saldo líquido monta R\$ 678.997 em 31/12/2020 (R\$ 1.373.982 em 31/12/2019).

A Companhia e suas controladas efetuaram transações com acionistas controladores referentes à venda de imóvel pelo valor de R\$ 21.204, em termos consolidados, com recebimento em seis parcelas anuais de R\$ 3.534, corrigidas pela variação positiva do IPCA. A primeira parcela já foi recebida no exercício de 2020, permanecendo o saldo a receber de R\$ 17.670 em 31/12/2020, o qual está integralmente garantido por meio de garantia fidejussória. A escolha do comprador foi resultante de um processo de comercialização competitivo que abordou vários potenciais compradores para os quais foi apresentado o ativo, sob a coordenação de uma empresa especializada independente. O preço de venda foi determinado com base em avaliações independentes e efetuadas por profissionais especializados em avaliação de ativos tangíveis. Como conclusão deste processo, a melhor proposta foi recomendada nos termos da avaliação independente e, por se tratar de partes relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração observando os termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas tiveram receitas oriundas de contrato de locação com acionistas controladores no valor de R\$ 524 em 31/12/2020 (R\$ 554 em 31/12/2019).

A Gerdau S.A. possui valor de aplicação financeira em sua controlada Paraopeba – Fundo de Investimento Renda Fixa no montante de R\$ 185.995 (R\$ 896.571 em 31/12/2019).

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original	Vencimento	2020	2019
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	1.750.249	out/20 - out/24	2.242.865	1.784.868
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	130.164	ago/25	30.125	37.285
Gerdau Metaldom S.A. e Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	274.560	fev/20	-	241.842

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa CDI e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

d) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31/12/2020, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 18.798 (R\$ 17.108 em 31/12/2019) na controladora e R\$ 41.165 (R\$ 32.359 em 31/12/2019) em termos consolidados. Em 31/12/2020, as contribuições para o plano de contribuição definida, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 673 e R\$ 1.416 (R\$ 873 e R\$ 1.687 em 31/12/2019) na controladora e no consolidado, respectivamente.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizaram R\$ 24.272 na controladora e R\$ 39.766 em termos consolidados em 31/12/2020 (R\$ 16.925 e R\$ 26.631 em 31/12/2019, respectivamente).

A quantidade de ações restritas e ações condicionadas ao resultado totalizaram entre os administradores, no final do exercício:

	2020	2019
No início do Exercício	6.717.872	6.375.547
Outorgadas	733.218	1.083.116
Exercidas	(937.325)	(627.076)
Anuladas	(64.112)	(38.553)
Ajuste de base	6.595	(75.163)
No final do Exercício	<u>6.456.248</u>	<u>6.717.872</u>

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 27.

e) Outras informações de partes relacionadas

As contribuições para as entidades assistenciais Fundação Gerdau, Instituto Gerdau e Fundação Ouro Branco, enquadradas como partes relacionadas, totalizaram R\$ 104.322 em 31/12/2020 em termos consolidados (R\$ 96.191 em 31/12/2019). Os planos de pensão com benefício definido e Plano de benefício de saúde – pós-emprego são partes relacionadas da Companhia e o detalhamento dos saldos e contribuições vem sendo apresentado na Nota de Benefícios a Empregados das Demonstrações Financeiras anuais da Companhia.

NOTA 21 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2020:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	2.647	2.677	39.196	45.381
Total do ativo - Não-circulante	<u>2.647</u>	<u>2.677</u>	<u>39.196</u>	<u>45.381</u>
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	-	-	1.441.592	1.138.591
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	-	-	362.944	298.989
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	-	-	56.903	32.864
Total do passivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.861.439</u>	<u>1.470.444</u>
Parcela do Circulante	-	-	208	495
Parcela do Não-circulante	-	-	1.861.231	1.469.949

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Plano de pensão com benefício definido – pós emprego

A Companhia, através de suas controladas norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas no Brasil patrocinam plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldato. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

	<u>Aumento de 1 %</u>	<u>Redução de 1 %</u>
Efeito no resultado decorrente da variação na taxa de desconto	(17.965)	12.482

Em 31/12/2020, o saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (416.026) (R\$ (363.985) em 31/12/2019) para a controladora e R\$ (1.173.010) (R\$ (1.120.938) em 31/12/2019) para o consolidado.

Plano de Pensão de Benefício Definido

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo do serviço corrente	-	-	69.323	54.518
Custo financeiro	944	1.070	191.326	189.544
Receita de juros sobre os ativos do plano	(1.472)	(1.788)	(156.475)	(163.148)
Custo do serviço passado	-	-	3.967	2.302
Liquidações/Reduções	-	-	(11.609)	(4.712)
Restrição ao custo dos juros devido a limitação de recuperação	382	471	7.413	16.247
Custo líquido com plano de pensão	<u>(146)</u>	<u>(247)</u>	<u>103.945</u>	<u>94.751</u>

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	(14.147)	(13.858)	(5.921.285)	(4.601.965)
Valor justo dos ativos do plano	19.307	21.638	4.652.000	3.656.891
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(5.160)	(7.780)	(172.307)	(193.517)
Efeito líquido	-	-	(1.441.592)	(1.138.591)
Ativo reconhecido	-	-	-	-
Passivo reconhecido	-	-	(1.441.592)	(1.138.591)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Variação na obrigação de benefício				
Obrigação de benefício no início do exercício	13.858	12.357	4.601.965	4.391.251
Custo do serviço corrente	-	-	69.323	54.518
Custo financeiro	944	1.070	191.326	189.544
Pagamento de benefícios	(1.270)	(1.208)	(434.650)	(309.817)
Custo do serviço passado	-	-	3.967	2.302
Liquidações/Reduções	-	-	(190.948)	(498.493)
Remensurações atuariais	615	1.639	467.106	546.911
Variação cambial	-	-	1.213.196	225.749
Obrigação de benefício no final do exercício	14.147	13.858	5.921.285	4.601.965

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Variação nos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	21.638	20.865	3.656.891	3.568.934
Receita de juros sobre os ativos do plano	1.472	1.788	156.475	163.148
Contribuições dos patrocinadores	(1.870)	(1.365)	224.979	162.650
Liquidações/Reduções	-	-	(179.339)	(493.781)
Pagamentos de benefícios	(1.270)	(1.208)	(434.650)	(309.817)
Retorno sobre os ativos do plano	(663)	1.558	334.675	386.767
Variação cambial	-	-	892.969	178.990
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	19.307	21.638	4.652.000	3.656.891

O valor justo dos ativos do plano inclui ações e debêntures da Companhia no montante de R\$ 8.745 (R\$ 10.221 em 31/12/2019).

As remensurações são reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Retorno sobre os ativos do plano	663	(1.558)	(334.675)	(386.767)
Remensurações atuariais	615	1.639	467.106	546.911
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	(2.956)	(308)	(42.317)	(94.198)
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes	(1.678)	(227)	90.114	65.946
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes por equivalência patrimonial de controladas	53.719	45.787	-	-
Total reconhecido nos resultados abrangentes	52.041	45.560	90.114	65.946

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O histórico das remensurações atuariais é o seguinte:

	Controladora				
	2020	2019	2018	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(14.147)	(13.858)	(12.357)	(13.062)	(10.433)
Valor justo dos ativos do plano	19.307	21.638	20.865	22.809	19.317
Superávit	5.160	7.780	8.508	9.747	8.884
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	615	1.639	(805)	276	1.446
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	663	(1.558)	3.344	1.573	(3.635)

	Consolidado				
	2020	2019	2018	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(5.921.285)	(4.601.965)	(4.391.251)	(4.314.592)	(4.174.653)
Valor justo dos ativos do plano	4.652.000	3.656.891	3.568.934	3.456.613	3.292.890
Superávit/Déficit	(1.269.285)	(945.074)	(822.317)	(857.979)	(881.763)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	467.106	546.911	(370.083)	235.549	186.905
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	(334.675)	(386.767)	253.301	(232.214)	(109.153)

As remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem e são registradas diretamente nos Resultados Abrangentes.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

	2020	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	99,1%	46,6%
Renda Variável	-	47,1%
Outros	0,9%	6,3%
Total	100%	100%

	2019	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	54,9%
Renda Variável	-	42,2%
Outros	2%	2,9%
Total	100%	100%

A estratégia de investimento dos Planos Brasileiros é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

As controladas nos Estados Unidos e Canadá possuem um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Companhia. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Essas controladas contratam consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação dos planos americanos varia entre 50% em renda variável (ações), 40% em renda fixa (títulos da dívida) e 10% em títulos alternativos e para os planos brasileiros se aproxima de 100% em renda fixa.

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2020 e 2019, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2020	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	6,56%	2,25% - 2,50%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2006 e MP-2020
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2020
Taxa de rotatividade	Nula	Baseada na idade e/ou no serviço

	2019	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	7,16%	3,00% - 3,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2006 e MP-2019
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2019
Taxa de rotatividade	Nula	Baseada na idade e/ou no serviço

b) Plano de pensão com contribuição definida – pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 5.101 em 2020 (R\$ 6.340 em 2019) para a controladora e R\$ 133.963 em 2020 (R\$ 118.283 em 2019) no consolidado.

c) Plano de benefício de saúde – pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As controladas nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2020	2019
Custo do serviço corrente	4.964	3.302
Custo financeiro	11.311	10.656
Custo do serviço passado	(660)	(2.717)
Custo líquido com plano de saúde	<u>15.615</u>	<u>11.241</u>

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	(362.944)	(298.989)
Passivo total líquido	<u>(362.944)</u>	<u>(298.989)</u>

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2020	2019
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	298.989	272.959
Custo do serviço corrente	4.964	3.302
Custo financeiro	11.311	10.656
Custo do serviço passado	(660)	(2.717)
Contribuições dos participantes	2.349	2.088
Pagamento de benefícios	(20.870)	(15.331)
Remensurações	(23.533)	11.202
Variação cambial	90.394	16.830
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>362.944</u>	<u>298.989</u>

	2020	2019
Variação nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	19.150	13.243
Contribuições dos participantes	2.349	2.088
Pagamentos de benefícios	<u>(21.499)</u>	<u>(15.331)</u>
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

	2020	2019	2018	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(362.944)	(298.989)	(272.959)	(316.364)	(305.447)
Déficit	(362.944)	(298.989)	(272.959)	(316.364)	(305.447)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano - Perda (Ganho)	(23.533)	11.202	(40.841)	(14.452)	(3.673)

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2020	2019
Remunerações	(23.533)	11.202
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	<u>(23.533)</u>	<u>11.202</u>

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2020	2019
Taxa média de desconto	2,25% - 2,50%	3,00% - 3,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	6,10% - 6,50%	5,80% - 6,70%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de 2028 a 2041	4,00% - 4,40%	4,00% - 4,40%

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1 %
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	2.739	(2.171)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	43.331	(34.975)

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

Os valores referem-se a planos de aposentadoria e desligamento e visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R\$ 56.901 em 31/12/2020 (R\$ 32.863 em 31/12/2019).

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para passivos ambientais	19.083	1.212	297.094	112.308
Parcela do Circulante	13.204	884	125.992	60.913
Parcela do Não-circulante	5.879	328	171.102	51.395

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES COM FIDC – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobrás, mencionados na nota explicativa 19 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento (“FIDC NP Barzel”). Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau S.A.

A Companhia assegura ao FIDC, através de cláusula de ajuste de preço do contrato de cessão, rentabilidade mínima sobre o valor de cessão dos direitos creditórios sobre as ações judiciais. Em contrapartida, caso os valores recebidos nas ações judiciais sejam superiores ao valor de cessão, devidamente corrigidos, a Companhia terá direito a parte substancial desse ganho. Adicionalmente, a Companhia detém o direito de primeira oferta para recompra dos referidos direitos creditórios nas hipóteses de alienação pelo Fundo conforme contrato de cessão para o qual tem registrado em 31/12/2020 na Controladora e no Consolidado R\$ 944.513 e R\$ 42.893 em “Obrigações com FIDC” no Passivo Circulante e Passivo Não-Circulante, respectivamente (R\$ 0 e R\$ 1.018.501 em 31/12/2019, respectivamente)

NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos exercícios é apresentada a seguir:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2020		2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício	571.929.945	1.127.010.827	571.929.945	1.124.233.755
Exercício de opções de compra de ações	-	2.220.660	-	2.777.072
Saldo no fim do período/exercício	571.929.945	1.129.231.487	571.929.945	1.127.010.827

Em 31/12/2020 estão subscritas e integralizadas 573.627.483 ações ordinárias e 1.146.031.245 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 19.249.181 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

Acionistas	2020						2019					
	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Metálgica Gerdau S.A.*	557.898.901	97,3	2.147.800	0,2	560.046.701	32,6	557.898.901	97,3	69.852.184	6,1	627.751.085	36,5
Investidores institucionais brasileiros	3.397.955	0,6	227.262.531	19,8	230.660.486	13,4	3.068.614	0,5	241.698.143	21,1	244.766.757	14,2
Investidores institucionais estrangeiros	3.142.148	0,5	492.076.396	42,9	495.218.544	28,8	3.875.655	0,7	427.735.548	37,3	431.611.203	25,1
Outros acionistas	7.490.941	1,3	407.744.760	35,6	415.235.701	24,1	7.086.775	1,2	387.724.952	33,8	394.811.727	23,0
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	16.799.758	1,5	18.497.296	1,1	1.697.538	0,3	19.020.418	1,7	20.717.956	1,2
	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0

* A Metálgica Gerdau S.A. é a controladora da Companhia e a Indac – Ind. Adm. e Com. Ltda. é a entidade controladora da Companhia em última instância.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	2020				2019			
	Ações Ordinárias	R\$	Ações Preferenciais	R\$	Ações Ordinárias	R\$	Ações Preferenciais	R\$
Saldo inicial	1.697.538	557	19.020.418	241.985	1.697.538	557	21.797.490	279.869
Planos de incentivos de longo prazo exercidos durante o período	-	-	(2.220.660)	(13.233)	-	-	(2.777.072)	(37.884)
Saldo final	1.697.538	557	16.799.758	228.752	1.697.538	557	19.020.418	241.985

Estas ações serão utilizadas para atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, ou permanência em tesouraria para posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferências em tesouraria é de R\$ 13,62.

c) Reservas de lucros

D) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

II) Incentivos fiscais - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.

III) Investimentos e capital de giro - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Ajustes de avaliação patrimonial - são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ajustes de ativos financeiros a valor justo por meio de

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

outros resultados abrangentes, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação deste valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 98.327 (R\$ 0 em 31/12/2019).

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.365.763	1.203.736
Constituição da reserva legal	(109.649)	(55.876)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(172.792)	(86.216)
Lucro líquido ajustado	2.083.322	1.061.644
Juros sobre capital próprio e dividendos	(714.487)	(356.539)
Lucro líquido remanescente	1.368.835	705.105
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(1.368.835)	(705.105)

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 714.487, conforme demonstrado a seguir:

Período	Natureza	R\$/ação	Ações em circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2020	2019
1º trimestre	-	-	-	-	-	-	118.803
2º trimestre	-	-	-	-	-	-	118.817
3º trimestre	Dividendos	0,12	1.701.161	06/11/2020	19/11/2020	204.139	67.951
4º trimestre	Juros	0,17	1.701.161	21/12/2020	25/03/2021	289.197	50.968
4º trimestre	Juros	0,13	1.701.161	11/03/2021	25/03/2021	221.151	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos						714.487	356.539
Crédito por ação (R\$)						0,42	0,21

NOTA 25 - LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a norma IAS 33 – Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	795.617	1.570.146	2.365.763	405.607	798.129	1.203.736
Denominador						
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria.	571.929.945	1.128.700.478		571.929.945	1.125.408.180	
Lucro por ação (em R\$) – Básico	1,39	1,39		0,71	0,71	

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Diluído

	2020	2019
Numerador diluído		
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Lucro líquido do período disponível para as ações preferenciais	1.570.146	798.129
Mais:		
Ajuste ao lucro líquido do período disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de incentivos de longo prazo da Gerdau.	5.524	2.884
	<u>1.575.670</u>	<u>801.013</u>
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	795.617	405.607
Menos:		
Ajuste ao lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de incentivos de longo prazo da Gerdau.	(4.782)	(2.884)
	<u>790.835</u>	<u>402.723</u>
Denominador diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	571.929.945	571.929.945
Ações preferenciais		
Média ponderada das ações preferenciais	1.128.700.478	1.125.408.180
Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de incentivo de longo prazo	10.821.083	12.157.614
Total	<u>1.139.521.561</u>	<u>1.137.565.794</u>
Lucro por ação (em R\$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	<u>1,38</u>	<u>0,70</u>

NOTA 26 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas	3.282.206	3.739.079	49.658.208	44.558.309
Impostos incidentes sobre vendas	(578.300)	(634.395)	(4.377.135)	(3.819.812)
Descontos	(37.041)	(29.787)	(1.466.412)	(1.094.487)
Receita líquida de vendas	<u>2.666.865</u>	<u>3.074.897</u>	<u>43.814.661</u>	<u>39.644.010</u>

NOTA 27 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

Quantidade de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

	Consolidado
Em 01/01/2019	<u>14.261.501</u>
Outorgadas	2.647.995
Canceladas	(2.104.754)
Exercidas	(1.786.335)
Em 31/12/2019	<u>13.018.407</u>
Outorgadas	3.146.696
Canceladas	(1.777.100)
Exercidas	(1.918.669)
Em 31/12/2020	<u>12.469.334</u>

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia reconhece o custo do plano de incentivos de longo prazo através de Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados com base no valor justo das opções outorgadas na data da outorga ao longo do período de carência de exercício de cada outorga. O período de carência do exercício é de 3 anos para as outorgas efetuadas a partir do ano de 2017 e de 5 anos para as outorgas efetuadas até o ano de 2016. O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, em 31/12/2020, foi de R\$ 62.801 (R\$ 43.895 em 31/12/2019).

A Companhia possui, em 31/12/2020, um total de 16.799.758 ações preferenciais em tesouraria e, conforme nota 24, essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América do Sul		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	17.752.823	16.122.171	17.458.318	14.656.028	3.831.406	3.259.253	6.096.471	6.701.900	(1.324.357)	(1.095.342)	43.814.661	39.644.010
Custo das vendas	(14.179.991)	(14.363.253)	(16.212.757)	(13.351.209)	(3.015.189)	(2.762.157)	(5.794.666)	(6.167.502)	1.318.501	1.203.395	(37.884.102)	(35.440.726)
Lucro bruto	3.572.832	1.758.918	1.245.561	1.304.819	816.217	497.096	301.805	534.398	(5.856)	108.053	5.930.559	4.203.284
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(562.019)	(539.344)	(476.518)	(444.326)	(116.479)	(119.627)	(179.822)	(170.170)	(195.547)	(156.989)	(1.530.385)	(1.430.456)
Outras receitas (despesas) operacionais	31.500	295.818	97.751	44.660	16.684	17.416	55.097	35.571	916.667	55.734	1.117.699	449.200
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(342.355)	-	-	-	(69.570)	-	-	-	(411.925)	-
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(23.177)	(2.012)	(36.286)	(14.612)	(2.436)	(1.906)	(2.233)	(2.513)	-	-	(64.132)	(21.044)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.287)	(828)	23.512	(110.959)	99.341	66.468	8.899	6.776	22.104	21.493	152.569	(17.050)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	3.017.849	1.512.552	511.665	779.582	813.327	459.447	114.176	404.062	737.368	28.291	5.194.385	3.183.934
Resultado financeiro, líquido	(442.972)	(520.821)	(206.405)	(99.029)	(60.787)	(163.459)	(215.433)	(109.116)	(773.110)	(616.789)	(1.698.707)	(1.509.214)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	2.574.877	991.731	305.260	680.553	752.540	295.988	(101.257)	294.946	(35.742)	(588.498)	3.495.678	1.674.720
Imposto de renda e contribuição social	(652.126)	(214.400)	(178.447)	(188.458)	(195.440)	(100.341)	13.229	(60.749)	(94.840)	106.115	(1.107.624)	(457.833)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	1.922.751	777.331	126.813	492.095	557.100	195.647	(88.028)	234.197	(130.582)	(482.383)	2.388.054	1.216.887
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.149.618	920.659	60.370	62.196	41	-	114.328	112.487	-	-	1.324.357	1.095.342
Depreciação/amortização	1.135.294	1.008.713	777.369	571.015	142.143	120.462	444.298	374.105	-	-	2.499.104	2.074.295
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	10.186	11.472	908.338	681.807	976.046	748.392	231.152	224.201	145.907	146.527	2.271.629	1.812.399
Ativos totais	21.099.735	17.195.824	18.583.439	15.178.053	5.448.922	4.562.604	11.233.676	8.597.180	6.757.237	8.469.309	63.123.009	54.002.970
Passivos totais	7.469.541	4.686.686	5.261.820	4.506.771	1.360.098	996.876	1.994.575	1.604.885	15.951.765	15.034.625	32.037.799	26.829.843

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América do Sul: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Informações por área geográfica:	Brasil		América Latina ⁽¹⁾		América do Norte ⁽²⁾		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	18.798.384	17.573.278	4.996.434	4.201.165	20.019.843	17.869.567	43.814.661	39.644.010
Ativos totais	28.752.629	26.124.159	7.042.462	5.781.527	27.327.918	22.097.284	63.123.009	54.002.970

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 29 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	Consolidado	
		2020	2019
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	82.836.077	61.187.789
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	11.146.083	11.381.183
Responsabilidade Civil	Operações industriais	711.948	652.973

NOTA 30 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade e são efetuados anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

A Companhia mantém constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

30.1 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

No quarto trimestre de 2020, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em duas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 411.925, sendo R\$ 69.570 no segmento Aços Especiais e R\$ 342.355 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Estas perdas foram registradas na linha de Perdas pela não recuperabilidade de ativos na Demonstração do Resultado.

Em 2019 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa.

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas para este teste são as mesmas apresentadas na nota 30.2 do teste de recuperabilidade do ágio.

30.2 Teste de recuperabilidade do ágio

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. Em 2020 e 2019 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ágio.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias em que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2020 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2019); b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2019); c) América do Sul: 3% (3% em dezembro de 2019); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2019).

As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 8,25% (10,00% em dezembro de 2019); b) Aços Especiais: 8,75% (10,50% em dezembro de 2019); c) América do Sul: 11,25% (14,25% em dezembro de 2019); e d) Brasil: 9,75% (11,25% em dezembro de 2019).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 6.202 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.690 milhões em 2019); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 4.141 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 521 milhões em 2019); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.509 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.813 milhões em 2019); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 13.424 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 4.015 milhões em 2019).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 4.589 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.884 milhões em 2019); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 1.568 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.207 milhões em 2019); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 3.757 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 414 milhões em 2019); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 11.348 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.810 milhões em 2019).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 4.914 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.098 milhões em 2019); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 1.754 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.369 milhões em 2019); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 3.867 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 455 milhões em 2019); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 11.809 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.115 milhões em 2019).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA
CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 31 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IAS 1 (CPC 26), apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciação e amortização	(153.162)	(155.474)	(2.499.104)	(2.074.295)
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	(354.399)	(373.984)	(5.867.265)	(5.175.373)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(1.629.732)	(2.028.741)	(26.945.440)	(25.890.618)
Fretes	(90.047)	(108.084)	(2.572.293)	(2.300.439)
Outras despesas/receitas	380.877	(23.665)	(476.818)	(1.002.301)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(411.925)	-
	<u>(1.846.463)</u>	<u>(2.689.948)</u>	<u>(38.772.845)</u>	<u>(36.443.026)</u>
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(2.227.341)	(2.666.285)	(37.884.102)	(35.440.726)
Despesas com vendas	(21.131)	(20.983)	(512.950)	(476.339)
Despesas gerais e administrativas	(95.767)	(92.533)	(1.017.435)	(954.117)
Outras receitas operacionais	603.696	119.758	1.763.684	636.847
Outras despesas operacionais	(105.829)	(28.730)	(645.985)	(187.647)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(91)	(1.175)	(64.132)	(21.044)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(411.925)	-
	<u>(1.846.463)</u>	<u>(2.689.948)</u>	<u>(38.772.845)</u>	<u>(36.443.026)</u>

NOTA 32 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	49.714	34.794	108.057	87.241
Juros recebidos e outras receitas financeiras	9.364	88.042	86.035	135.972
Total Receitas Financeiras	59.078	122.836	194.092	223.213
Juros sobre a dívida	(110.859)	(159.397)	(1.022.460)	(938.120)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(579.445)	(491.919)	(426.001)	(531.634)
Total Despesas Financeiras	(690.304)	(651.316)	(1.448.461)	(1.469.754)
Variação cambial, líquida	(1.728.862)	(251.310)	(204.291)	(247.555)
Despesas na recompra de bonds	-	-	(239.273)	-
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido	859	2.155	(774)	(15.118)
Resultado Financeiro, Líquido	<u>(2.359.229)</u>	<u>(777.635)</u>	<u>(1.698.707)</u>	<u>(1.509.214)</u>
